



III Seminário

MARX HOJE

luta de classes na América Latina

ANAIS DO EVENTO

29 e 30 · Maio · UFRN (Natal)
www.marxhoje.com.br

Realização



Grupo de Pesquisas
Marxismo & Educação

Apoio



Anais do III Seminário Marx Hoje: pesquisa e transformação social

Lutas de Classes na América Latina

Organização:

Tatiana Minchoni

Burnier Sales de Sousa

Natal – RN, 29 a 30 de maio de 2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Central Zila Mamede

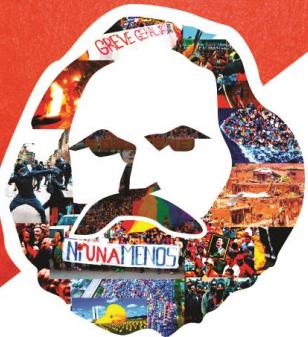
Seminário Marx Hoje: lutas de classes na América Latina 3.: 2019: Natal, RN.
Anais do III Seminário Marx Hoje: pesquisa e transformação social / [organização] Tatiana Minchoni... [et al.]. - 2019.
74f.: il.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Natal, 2018.
Coordenadora: Isabel Maria Fernandes de Oliveira.

1. Marxismo - Seminário. 2. América Latina - Seminário. 3. Psicologia - Seminário. I. Oliveira, Isabel Maria Fernandes de. III. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 141.82



III Seminário

MARX HOJE

luta de classes na América Latina

Coordenação Geral do Evento

Ilana Lemos de Paiva

Isabel Maria Fernandes de Oliveira

Comissão Científica

Ana Ludmila Freire Costa

Pablo de Sousa Seixas

Raquel Farias Diniz

Tatiana Minchoni

Comissão Organizadora

Ana Kelly Adriano Viana

Ana Ludmila Freire Costa

Andréia Garcia dos Santos

Daniel Araújo Valença

Deyze da Silva Ferreira

Fábio Henrique Almeida Dantas

Fellipe Coelho Lima

Ilana Lemos de Paiva

Isabel Fernandes de Oliveira

Isadora Grego D'Andrea

João Maria Moraes da Costa

Joyce Pereira da Costa

Juliano Beck Scott

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim

Lívia Rebouças da Costa

Luana Isabelle Cabral dos Santos

Maria Luiza da Costa Oliveira

Mônica Rafaela de Almeida

Pablo de Sousa Seixas

Raquel Farias Diniz

Tatiana Minchoni

Monitoras/es

Aline Costa Silva Pereira

Ana Caroline de Lima Silva Ferreira

Ana Carolina Moraes Sales

Daniela Bezerra Rodrigues

Deyze da Silva Ferreira

Elvira Gomes Santos

Felipe Bezerra de Andrade

Gabriel Miranda Brito

Isabele Batista do Nascimento

João Guilherme Carvalho de Souza

Lisandra chaves de Aquino Moraes

Maria Alice de Lima Lemos

Maria Izabel Dantas Marinho

Marina Paes Maurício Muniz

Nathália Potiguara de Moraes Lima

Tabita Aija Silva Moreira

Projeto Gráfico e Diagramação

Fellipe Coelho-Lima

Contatos

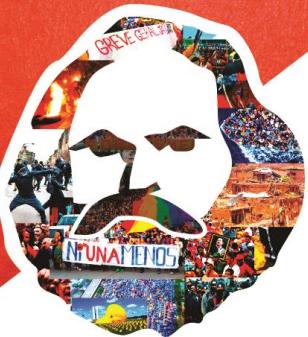
marxhoje@gmail.com

gpme.ufrn@gmail.com

marxhoje.com.br

fb.com/marxhoje

youtube.com/user/marxhoje

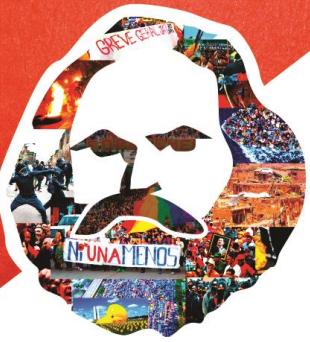


MARX HOJE

luta de classes na América Latina

Sumário

Apresentação	8
Programação.....	10
Trabalhos Apresentados.....	11
Eixo: Debates América Latina em debate	11
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista	18
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais	27
Eixo: Direitos Humanos e Movimentos Sociais.....	40
Eixo: Estado e Políticas Sociais	46
Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos	54
Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos	68
Eixo: Territorialidade, ambientalismo e questão urbana e rural.....	72



Apresentação

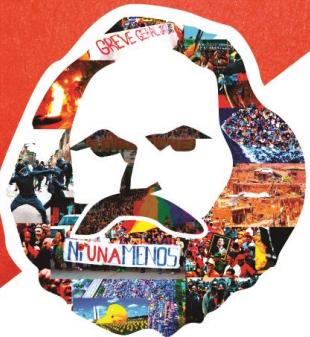
Neste ano de 2018 chegamos à terceira edição do seminário Marx Hoje: pesquisa e transformação social, realizado pelo Grupo de Pesquisa Marxismo & Educação (GPM&E), vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assim como nas edições anteriores, o propósito foi fomentar um espaço de debates acerca da atualidade da teoria social de Karl Marx, bem como a forma que essa tradição tem se estabelecido no Brasil, subsidiando discussões acadêmicas e políticas, e fomentando a transformação social.

Já em sua primeira edição no ano de 2014, o evento superou as expectativas no que tange à participação no evento, com mais de 400 inscritas e, na segunda, inscreveram-se mais de 600 estudantes, professores e militantes em geral. Ainda que o foco do Marx Hoje seja promover a formação em torno da teoria marxista, durante as duas edições, foram apresentadas mais de duas centenas de trabalhos que concorreram à premiação, foram organizados dois livros e uma edição especial da revista *Dialektiké*.

A gratuidade do seminário e sua realização nas dependências da UFRN se manteve este ano, mas o evento aconteceu sob uma conjuntura mais dura que nos anos anteriores. Foram vários os retrocessos impostos no último período como a aprovação da reforma trabalhista; a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que congela os investimentos públicos em saúde e educação por 20 anos; os constantes ataques aos direitos sociais e trabalhistas duramente conquistados; o desmonte das políticas sociais, os cortes na educação superior, para citar alguns exemplos. Ainda, justamente no período que ocorreu o III Marx Hoje, entre os dias 29 e 30 de maio de 2018, aconteceu uma ação de caminhoneiros por todo o país contra a política de preço do combustível, submetida à flutuação do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Estes paralisaram suas atividades durante dez dias, bloqueando rodovias e, consequentemente, impedindo a distribuição de algumas mercadorias como combustíveis e, em alguns lugares, de alimentos e medicamentos; em diversas cidades, os serviços públicos como transporte e coleta de lixo também foram interrompidos, além de impactar no transporte aéreo, com o cancelamento ou atraso de muitos voos; isso e outros elementos que não cabem explorarmos aqui, gerou forte repercussão no cotidiano de milhões de pessoas no Brasil e, consequentemente, também afetou a participação de pessoas no III Marx Hoje: pesquisa e transformação social.

Ainda assim, esta edição que tinha como temática a “*Luta de classes na América Latina*” possibilitou a interlocução entre pesquisadores, estudantes e público em geral, acerca da especificidade do contexto latino-americano, a partir de pressupostos teóricos marxianos e da tradição marxista. Em dois dias de programação, foram realizadas atividades como minicursos, a exibição e debate do filme “O Jovem Marx”, mesa-redonda, conferências e apresentação de trabalhos.

O público do evento foi majoritariamente de estudantes de graduação e pós-graduação, oriundos de diversas instituições de ensino superior (públicas e privadas) do



MARX HOJE

luta de classes na América Latina

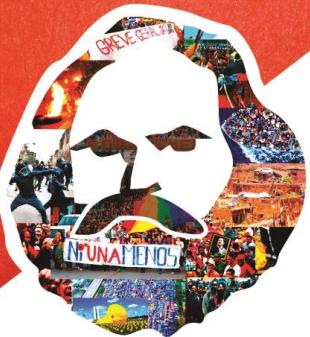
Nordeste, bem como de outras regiões do país; os cursos também foram diversos como Psicologia, Serviço Social, Ciências Sociais, Licenciatura em Música, Biomedicina, Engenharia de Materiais, Licenciatura em Matemática, Filosofia, Direito, Gestão de Políticas Públicas, Pedagogia, Letras, História, Ciência e Tecnologia, Ecologia, Economia, Comércio Exterior, Educação Física, evidenciando a relevância da crítica marxista para a realidade atual com vistas a sua transformação. Tivemos também a participação de diferentes categoriais profissionais (Educador Social, Técnico em Assuntos Educacionais, Orientador Social, Policial Militar, Operador de Telemarketing, Técnico Administrativo em Educação, Jornalista, entre outros) e de pessoas que participam de alguma organização social/política (partidos, sindicatos, conselhos de categorias profissionais, associações, movimentos sociais). Mesmo com alguns impedimentos supracitados, ao total foram 263 pessoas que participaram das atividades do seminário.

No que tange à apresentação de trabalhos, mantivemos a modalidade de comunicação oral, em formato de roda de conversa, visando o intercâmbio de ideias e a produção de conhecimento crítico e comprometido. Mesmo em um curto prazo de submissão, tivemos 81 trabalhos inscritos, os quais foram submetidos à avaliação por pareceristas ad hoc, sendo aprovados 65 destes. Foram mobilizadas/os 25 avaliadoras/es, entre doutoras/es ou doutorandas/os, vinculadas/os à Instituições de Ensino Superior distintas.

Em anos anteriores, optamos por publicar nos anais apenas os trabalhos apresentados durante o seminário. Entretanto, dada a especificidade conjuntural que dificultou que muitas pessoas inscritas chegassem até o evento, ou até mesmo à cidade de Natal/RN, em função da mobilização de caminhoneiros, decidimos contemplar nesta publicação todos os trabalhos aprovados. Estes foram distribuídos em eixos temáticos e estão assim organizados nesta publicação: América Latina em debate; Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista; Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais; Direitos Humanos e Movimentos sociais; Estado e Políticas sociais; Questões contemporâneas nos diversos contextos sociais; Territorialidade, ambientalismo e questões urbana e rural.

Esperamos que estes anais sirvam não só de registro para as atividades que aconteceram no III Seminário Marx Hoje, mas que sejam também a materialização da atualidade do pensamento marxiano e tradição marxista para compreender a realidade e como instrumento de luta pela transformação social.

As Organizadoras.



MARX HOJE

luta de classes na América Latina

Programação

29 de maio de 2018 (terça feira)

08h - Credenciamento

Local: Hall da Reitoria

09h - Exibição e debate de Filme

"O Jovem Marx" (August Diehl)

Mediação: Ms. Gustavo Barbosa e Profa. Dra. Ana Ludmila Costa (UFRN)

Local: Auditório da Reitoria

14h-17h - Minicursos

1. Avaliação de Políticas Sociais: avaliar para quê e para quem?

Profa. Dra. Ivanete Boschetti

Local: Auditório da Reitoria

2. Militarização da Questão Social

Profa. Dra. Ana Vládia Holanda Cruz (FANOR)

Local: Auditório D (CCHLA)

3. Teoria do conhecimento e método na pesquisa histórico-cultural

Prof. Dr. Herculano Campos (UFRN)

Local: Auditório 1 (Departamento de Políticas Públicas / CCHLA)

4. Marx, o Estado e a Política

Prof. Dr. David Maciel (UFG)

Local: Auditório B (CCHLA)

19h - Conferência de abertura

Estado, democracia e socialismo na América Latina: impasses na atualidade

Conferencista: Prof. Dr. David Maciel (UFG / Blog Marxismo21)

Local: Auditório da Reitoria

30 de maio de 2018 (quarta feira)

08h30-12h – Mesa-redonda: Recrudescimento do Estado Penal e as especificidades da luta de classes latino-americana

Debatedoras: Profa. Dra. Silvana Mara dos Santos (UFRN), Profa. Dra. Ana Vládia Holanda Cruz (FANOR) e Profa. Dra. Fernanda Kilduff (UFRJ)

Mediador: Prof. Dr. Fellipe Coelho-Lima (UFRN)

Local: Auditório da Biblioteca Central Zila Mamede

14h – Apresentação de trabalhos

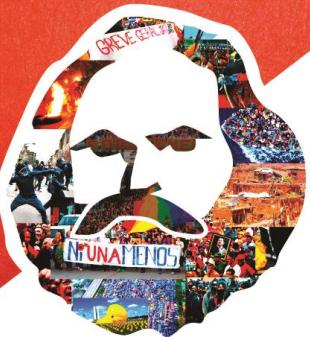
Local: Auditórios do CCHLA e Laboratório de Psicologia

17h – Conferência de encerramento

Marxismo e luta política

Conferencista: Profa. Dra. Ivanete Boschetti (UnB)

Local: Auditório da Reitoria



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates América Latina em debate

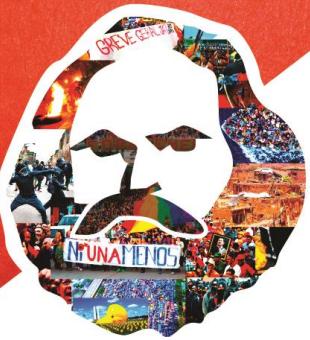
América Latina: luta de classes e intervenções militares

Jackson Rayron Monteiro (jackjones2013@bol.com.br)

Miguel Henrique da Cunha Filho

Na América Latina a luta de classes atingiu uma forma muito peculiar em comparação com o restante da periferia do sistema capitalista mundial. Pode-se observar, por intermédio de vasta literatura, que as insurreições populares dessa região do mundo tinham como objetivo maior a independência do imperialismo comandado principalmente pelos Estados Unidos da América. No entanto, esse forte sentimento nacionalista também não arrefeceu a consciência de classe dos povos que, além de buscar com todas as forças a independência da nação, lutavam com mais ímpeto ainda pela emancipação popular que se cristalizaria nas várias insurreições lideradas por vanguardas revolucionárias cada vez mais autênticas. Sem embargo, é de importância superior considerar que a emergência da URSS enquanto potência econômica e política contribuiu significativamente para os levantes populares principalmente durante o pós-Segunda Guerra. A consequência disso foi uma extensão da Guerra Fria até o continente americano, onde estava localizada a principal locomotiva do imperialismo capitalista. Assim, qualquer forma de subversão popular nos países latino americanos era vista como ameaça ao domínio econômico norte americano, e é a partir daí que se iniciam os financiamentos destinados às intervenções militares e/ou golpes de Estado. Segundo Ayerbe (2002), a Central Intelligence Agency (CIA) além de financiar golpes militares apoiou ditaduras terríveis na região, como a de Pinochet, no Chile, e a queda de Jacob Arbenz na Guatemala. Nesse cenário, Cuba foi o único país latino americano que conseguiu consubstanciar num único ato revolucionário a independência nacional e a emancipação da classe trabalhadora, essa última através de reformas de base como a reforma agrária e educacional. Assim, o presente trabalho pretende fazer uma discussão sobre os movimentos revolucionários latino americanos, tendo como fontes principais os trabalhos de Luiz Fernando Ayerbe (Estados Unidos e América Latina: A Construção da Hegemonia, 2002) e o de Martha Harnecker (A Revolução Social: Lenin e a América Latina, 1985).

Palavras-chave: América Latina. Luta de Classes. Revoluções. Golpes de Estado



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates América Latina em debate

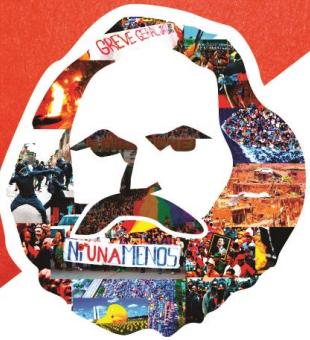
A reforma agrária boliviana: balanço de 50 anos e contradições internas

Dayane da Silva Mesquita (ddayanem@outlook.com)

Ana Vitória Saraiva de Azevedo Pontes

A presente pesquisa busca analisar a reforma agrária boliviana através do método histórico-dialético com base em um balanço de 50 anos, identificando as suas contradições e possibilidades de superação dos problemas pendentes. Como ferramenta de pesquisa, utilizou-se a revisão bibliográfica e consulta a documentos oficiais (leis). É transversal a este trabalho a utilização do método histórico-dialético, este aporte teórico é essencial por compreender que os fenômenos da natureza são permeados em contradições internas que abrangem qualidades e defeitos, a luta entre esses opostos caracteriza a transformação de mudanças quantitativas em qualitativas. A reforma agrária boliviana tem início a partir da Revolução Nacionalista de 1952, liderada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), partido de orientação pequeno burguesa, que teve, por vezes, postura contraditória entre uma política de governabilidade em detrimento da revolucionária. A proposição da reforma agrária aparece, primeiramente, sob o discurso de modernização do campo para atender às necessidades do mercado internacional, e não como apontamento da insustentabilidade do sistema de concentração histórica da propriedade. As políticas governamentais adotadas nesse processo resolvem parcialmente a problemática da concentração fundiária, mas deixa em segundo plano questões inerentes a produção agrária (VEGA, p.7, 2003). Um dos problemas é a não uniformização da aplicação da reforma agrária, Vega (2003) pontua ainda que as terras distribuídas não foram acompanhadas pelo Estado com políticas de infraestrutura e desenvolvimento para exploração de atividades agrícolas e pecuárias. Um dos obstáculos é a lentidão do processo de divisão previsto na Lei N° 3545 (Bolívia, 2006) e a falta de informações sobre sua aplicação em números. Conclui-se que a Reforma Agrária boliviana apesar de ter dado grandes passos no processo de socialização das terras através de um tratamento legal constitucional ao tema, este ainda é um processo permeado por contradições que dificultam a implementação dessa nova política. Vega (2003) aponta nesse sentido a necessidade de que acompanhado ao processo distributivo de terras, haver uma política nacional de desenvolvimento agrário, bem como a recuperação de terras sem uso produtivo e terras fiscais para que seja fomentada a política prevista de redistribuição.

Palavras-chave: Reforma agrária; Bolívia; contradições; método histórico-dialético.



MARX HOJE

luta de classes na América Latina

TRABALHOS APRESENTADOS

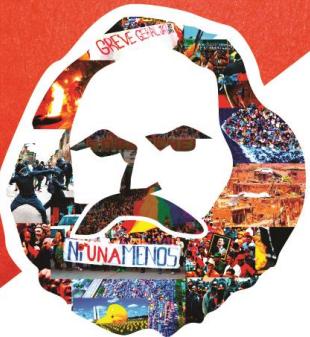
Eixo: Debates América Latina em debate

Intervenção federal: diálogos sobre banalidade do mal arendtana e ideologia em Marx

Carlos Eduardo Mota de Brito (k.du.brito@hotmail.com)

Esse trabalho tem por objetivo analisar, a partir de confluências e afastamentos entre a banalidade do mal proposta por Hannah Arendt e o conceito marxiano de ideologia, o panorama da segurança pública no estado do Rio de Janeiro, desde 2015 até a atual intervenção federal, analisando dados estatísticos e notícias no período de 2015 até o atual momento. Inicialmente será realizado uma explanação do conceito arendtiano da banalidade do mal e suas características, como também, apontadas as diferenças metodológicas já que a filosofa alemã não utiliza as bases materiais presentes na teoria marxiana. Posteriormente, será apresentado a concepção marxiana de ideologia fazendo ligações com a realidade no Rio de Janeiro por meio de um apanhado de notícias de 6 grandes veículos da mídia escrita do dia 21/05/2015 até o dia 3/02/2018 e estatísticas de violência governamental e da ONG mexicana Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal, para demonstrar o ideário de insegurança promovido pela classe dominante com intuito de legitimar ações repressivas executadas por forças policiais. Em seguida, uma análise da atual conjuntura tendo como base 6 veículos de mídias pós intervenção onde essas ações repressivas e violações de direitos fundamentais já estão presentes no dia a dia de maneira legitimada. Após essas elucidações serão interligados os pressupostos da sociedade arendtiana onde a banalidade do mal é perceptível e características principais da atual conjuntura do estado do Rio de Janeiro. O objetivo desse trabalho é apresentar uma situação real em que os conceitos de banalidade do mal de Arendt e da ideologia de Marx são perceptíveis, e de possíveis pontes entre esses conceitos, como também as suas possíveis características e consequências práticas, e para isso será feito levantamento bibliográfico.

Palavras-chave: Banalidade de mal, ideologia, intervenção federal



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates América Latina em debate

Encarceramento em massa feminino e proibicionismo das drogas

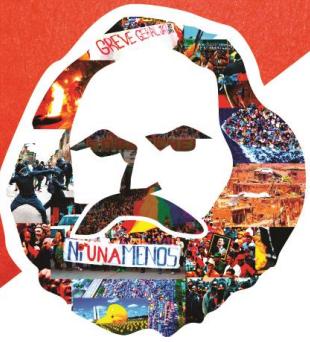
Nara Fernandes Lúcio (narafernandes@gmail.com)

Felipe Bezerra de Andrade

Ivo Celestino Ferreira

O presente estudo pretende discutir a relação da política proibicionista das drogas com aumento do encarceramento feminino, no Brasil. A trajetória dos sistemas punitivos e de controle estão vinculadas ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Segundo Wacquant (2005), o avanço do neoliberalismo provocou nos Estados Unidos, com influências nos demais países, uma redução do Estado de bem-estar-social e, consequentemente, uma expansão do aparato penal. Esse Estado é repressivo de modo seletivo, as classes populares são os principais alvos da repressão policial e jurídica, ocupando e superlotando os cárceres. O Brasil apresenta um ritmo acelerado de aprisionamento, sendo a terceira maior população carcerária do mundo e a quinta maior população carcerária feminina do mundo. Em se tratando das mulheres encarceradas, dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) apontam para uma população carcerária feminina que cresceu 698% nos últimos 16 anos, nos anos de 2000 havia 5.061 mulheres privadas de liberdade, taxa que atingiu o número de 44.721 encarceradas. Por serem mulheres e por assumirem um lugar na sociedade reservado aos homens, as apenadas são duplamente estigmatizadas como transgressoras, de uma ordem social e de seu papel materno, estabelecido por uma longa tradição cultural machista e patriarcal. Podemos identificar que o encarceramento feminino obedece padrões distintos comparados ao masculinos, enfrentando outras questões. Aproximadamente 60% dessa população responde por delitos relacionados ao tráfico de drogas e é nesse contexto que o hiperencarceramento da população feminina não pode ser desassociado da política de proibicionismo das drogas. Olmo (1990) vai analisar discursos moralistas, médico-sanitários, geopolíticos, e sua relação com a fundamentação do controle social e a criação de leis e ações voltadas para o extermínio das drogas, que, na verdade, não passa de um extermínio à pessoas. Zaconné (2006) aponta a proibição das drogas como relacionada aos processos de criminalização da pobreza. Para a compreensão deste contexto, a questão das drogas deve ser analisada buscando o desvelamento dos reais objetivos de sua proibição, considerando sua totalidade social, cultural e econômica, bem como devemos entender a necessidade do aprofundamento em uma criminologia, feminista, que abarque singularidades da questão de gênero.

Palavras-chave: sistema prisional, criminalização da pobreza, drogas, mulher



TRABALHOS APRESENTADOS

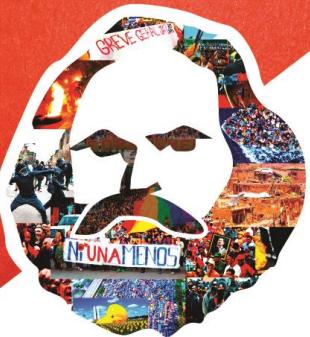
Eixo: Debates América Latina em debate

Uma nova Psicologia Social latino-americana e o materialismo-histórico

Carlos Gutyerrezz Moreno Nogueira (gutyerrezz.nogueira@gmail.com)

Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica da psicologia social enfocando seu florescimento na América Latina, com o objetivo de compreender como o materialismo-histórico se insere no desenvolvimento de uma saber psicossocial. Para tanto, foram utilizados como as obras de muita importância como: Psicologia Social o Homem em Movimento, As raízes da Psicologia Social Moderna e Psicologia Social Perspectiva Psicológicas e Sociológicas. Pensar no desenvolvimento da psicologia social dentro da ciência psicológica é pensar num terreno que só há pouco tempo passou a ser investigado. Quando se iniciam as primeiras sistematizações de uma psicologia social, a mesma tem bastante influência do pragmatismo científico Norte Americano, com muita influência do positivismo, e que se desenvolveu como um campo de estudos interessado principalmente em modificar comportamentos, interferir nas relações grupais, objetivando manter a produtividade de um grupo, uma psicologia social que na busca pela objetividade perde o ser humano. No entanto, esse conhecimento psicossocial passa a não dar conta de intervir nem explicar ou ainda criar leis a partir das réplicas de pesquisa. É nesse contexto de crise do conhecimento psicossocial, que em meados da década de 70, na América Latina surge um movimento de reformulação das bases da psicologia social, tecendo uma crítica ao modelo norte-americano. Dessa vez, a proposta é de uma psicologia social embasada no materialismo-histórico e uma práxis do(a) psicólogo(a) voltado a trabalhados comunitários. É com base no materialismo-histórico e sob uma perspectiva dialética que se encontra as bases epistemológicas capazes de compreender o homem como produto histórico, um agente transformador, com uma consciência que é reflexo da materialidade. É a partir desses pressupostos que se torna possível compreender o homem dentro de suas relações sociais com o aparato teórico-metodológico para intervir diretamente em sua realidade. Dessa maneira, é preciso reconhecer o papel fundamental que os teóricos da América Latina tiveram na reconstrução de uma psicologia social com base no materialismo-histórico, recuperando a subjetividade enquanto materialidade psicológica e compreendendo o desenvolvimento do homem na história da sociedade.

Palavras-chave: Psicologia Social; América Látina; Materialismo-histórico



TRABALHOS APRESENTADOS

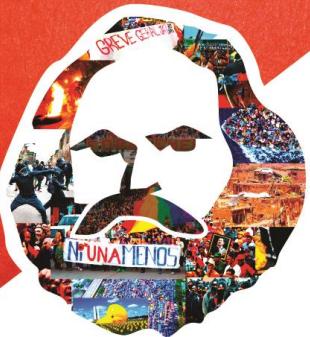
Eixo: Debates América Latina em debate

O transformismo à brasileira: uma análise do lulismo

Ana Karoline Nogueira de Souza (karolns10@hotmail.com)

Este trabalho tem como objetivo central analisar os principais elementos de composição do capitalismo e do Estado brasileiro em seu processo de contrarreformas na contemporaneidade, demarcados pelo marco temporal do lulismo que representou a direção de um projeto hegemônico, com o consentimento ativo das classes, o qual permitiu a realização de um verdadeiro transformismo, nos termos de Antônio Gramsci. A hipótese que orienta esse trabalho parte do pressuposto que a adesão ao discurso e aos elementos políticos e econômicos a favor de um programa de reformas, antes rechaçados pelo partido, propiciado pelas amplas alianças realizadas pelo PT (com partidos de centro-esquerda à direita mais conservadora para a disputa das eleições em 2002), atualiza por meio do transformismo o caráter da revolução passiva. Desse modo, a partir dos conceitos originários de Revolução Passiva e Transformismo, descritos por Gramsci nos Cadernos do Cárcere, busca analisar a particularidade brasileira. Do ponto de vista teórico-metodológico, trata-se de uma pesquisa teórica fundamentada no materialismo histórico-dialético, realizada por meio de sucessivas aproximações às determinações históricoc- конкретas, com a finalidade de alcançar o objeto em si e não as representações que existem sobre ele. Os procedimentos metodológicos utilizados foram de abordagem qualitativa, com recursos a pesquisa bibliográfica. Para analisar o objeto de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, o referencial teórico teve como base principal os Cadernos do Cárcere de Gramsci, em especial o C19 que discute a questão da unificação do Estado no Risorgimento Italiano, caracterizado como um processo de revolução passiva. Mas também, foi realizada uma apropriação dos escritos de autores da vertente gramsciana no Brasil e que fazem uso das categorias para compreender a particularidade desse processo no país, tais como: Coutinho (1981), Dias (2000), Bianchi (2006), Braga (1996), Coelho (2005), entre outros. Portanto, a pesquisa aponta que a modernização do Estado brasileiro, tomado como um momento da revolução passiva à brasileira é perpetuada pelo Transformismo no Lulismo.

Palavras-chave: Estado. Capitalismo Brasileiro. Transformismo. Lulismo.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates América Latina em debate

Pluralismo jurídico e lutas de classes: limites da práxis latino-americana

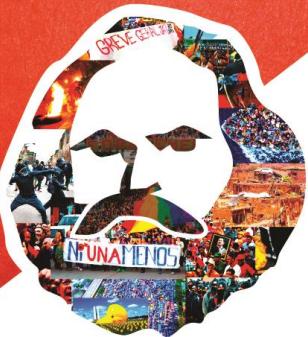
Lijohara Júlia de Sá Souza (julia.souza.moraes@hotmail.com)

Em função dos novos processos constituintes insurgentes na América Latina, os institutos jurídicos passaram a ser delineados levando em conta as demandas de movimentos populares, cujos anseios buscavam uma alternativa ao constitucionalismo de modelo liberal.

Dessa forma, erguiam-se as bases para um novo paradigma do direito, baseado em práticas democráticas que levassem em conta a realidade concreta das massas de excluídos dos processos inerentes à formação social latino-americana. Tal conjuntura, de reestruturação do aparato estatal, foi inaugurada a partir da eleição de governos progressistas vinculados à luta contra o neoliberalismo. Diante disso, a positivação de exigências populares surgidas no âmbito da América Latina ficou conhecida pelo que se denomina de Constitucionalismo latino-americano, o qual conforma a reinvenção de uma nova ordem do Estado de Direito. Através do modelo de pluralismo jurídico, tem-se, conforme Wolkmer (2007, p.120), uma nova ordem insurgente do seio social, das contradições e da correlação de forças entre as classes dentro de um dado momento histórico, capaz de “oferecer respostas às carências e necessidades dos diversos atores sociais que compõem a plural e cambiante sociedade atual.”

Nesse sentido, conforme Wolkmer e Fagundes (2011, p. 377), as transformações de viés anti-imperialista na América Latina, em especial, na Bolívia, no Equador e na Venezuela, incorporaram pobres, desempregados, campesinos e indígenas, os quais buscavam, através da positivação de direitos, a superação das relações sociais de matriz eurocêntrica, marcadas pela desigualdade e subsunção formal ao capital. Tal potência, de gestar um modelo jurídico a partir de um viés coletivo multifacetado, engendra uma nova racionalidade de liberação. Em que medida, então, a práxis dos sujeitos de tais transformações forjaram a tessitura de um consenso pluralista? Ademais, se houve avanço em termos normativos e de superação do monismo jurídico alicerçado sob a democracia meramente participativa, passada uma década da promulgação destas constituições, percebem-se empecilhos para concretização de uma nova ordem econômica, de superação da neoliberal e voltada a tessitura de novas relações sociais de produção. Reafirma-se, pois, os limites do direito, como apontara Marx desde o debate quanto a emancipação política e humana (2009).

Palavras-chave: Pluralismo jurídico. Luta de classes. Práxis latino-americana.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

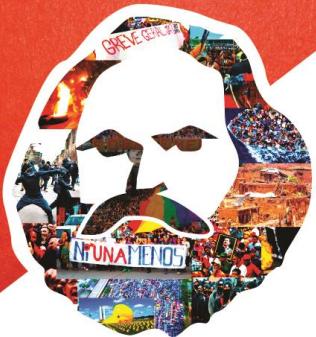
O debate sobre parlamentarismo revolucionário na tradição marxista

Shimenny Ludmilla Araújo Wanderley (shimennyaraudo@yahoo.com.br)

Gonzalo Adrián Rojas

O trabalho tem como objetivo realizar um balanço da literatura sobre o Parlamentarismo Revolucionário e seus debates. Trata-se da participação de partidos políticos revolucionários no parlamento no marco de uma democracia liberal. Justificamos a relevância do tema porque ser um debate teórico e político que aumenta sua importância pela experiência concreta dos parlamentares do Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS) na Frente de Izquierda e de los Trabajadores (FIT) na Argentina, de 2013-2017, mas que continua até atualidade. Para os marxistas revolucionários o Parlamento é uma instituição burguesa, segundo a Marx no XVIII Brumário de Luis Bonaparte, assim como Engels no seu Prefácio ao livro A Luta de classes na França (1848-1850) de Marx, escrito em 1895. Em relação a articulação entre luta Parlamentar e a extraparlamentar, coube ao Partido Bolchevique criar uma nova base para a tática do proletariado em relação ao Parlamento, conhecida como Parlamentarismo Revolucionário. Primeiro definimos os conceitos de tática e estratégia na perspectiva leninista e a subordinação da primeira a segunda. As primeiras experiências táticas de Parlamentarismo Revolucionário nos remetem a Rússia posterior a Revolução de 1905, com os bolcheviques na segunda Duma em 1907. O caso mais emblemático de parlamentarismo revolucionário aconteceu na Alemanha, foi do deputado socialista Liebknecht em 1914 com seu voto contra os novos créditos de guerra, que a classe dominante alemã precisava para a I Guerra Mundial. Usamos cinco escritos de Liebknecht sobre o tema, Reed que agrupa também textos do revolucionário alemão e consideramos outras duas relevantes experiências de Parlamentarismo Revolucionário, nesse mesmo período histórico, a de Höglund na Suécia e as do bloco parlamentar revolucionário búlgaro, que contou com 47 parlamentares revolucionários. Também nos remetemos aos Manifestos, Teses e Resoluções do 2.º Congresso da III Internacional, (Moscou, julho 1920) e o livro A questão parlamentar e a Internacional Comunista, que reúne nove textos sobre o tema: Zinoviev; Bukharine, Bordiga; Lenin e Trotsky; a fração abstencionista do Partido Socialista Italiano e Longuet. Igualmente importantes sobre o tema, duas matérias do Cientista Político Barbieri, sobre o PTS e um do sociólogo Tonelo, finalizando com textos de Ferri e Sanchez.

Palavras-chave: Parlamentarismo Revolucionário; Tática; Partido Político; luta institucional; luta extra-institucional.



MARX HOJE

luta de classes na América Latina

TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

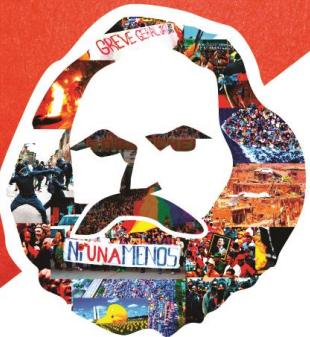
Serviço Social e teoria marxiana: história, superações e continuidades

Nathália Pereira Prado (nathalia.prdo@gmail.com)

Solange Fernandes

O artigo é resultado de pesquisa acadêmica, desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso, para graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Tem como objetivo refletir sobre a apropriação do Serviço Social ao método dialético e sua vertente marxiana frente a conjuntura atual, questionando de que modo esse arcabouço teórico metodológico oferece elementos contributivos na formação profissional, em sua análise da realidade e na defesa do projeto ético-político da profissão. A partir disso, resgatamos a história do Serviço Social, sua aproximação ao método dialético e seus percalços até a contemporaneidade. Tal estudo se debruça sobre a dialética marxista, pois é por sua aproximação ao método que o Serviço Social caracteriza o seu processo de ruptura, reordenamento ideológico e teórico-metodológico profissional. Por meio de análise sócio histórica acompanhamos os avanços e contradições inerentes a realidade social, analisamos o processo de aproximação da profissão com a teoria marxiana, bem como sua importância para a efetivação do Projeto Ético-Político e os princípios fundamentais do Serviço Social. Constatamos a existência de processos alienante e alienadores enraizados na divisão social e técnica do trabalho, o desafio do Serviço Social a partir de uma atuação pautada no compromisso com a classe trabalhadora, e a necessidade de constante formação e atualização profissional frente a onda conservadora que assola o país. Nos voltarmos às bases e ao interior da profissão, possibilitou a autocrítica pautada no compromisso político ideológico e construção de uma atuação comprometida na busca da emancipação humana.

Palavras-chave: Serviço Social, Dialética, Teoria Marxiana



MARX HOJE

luta de classes na América Latina

TRABALHOS APRESENTADOS

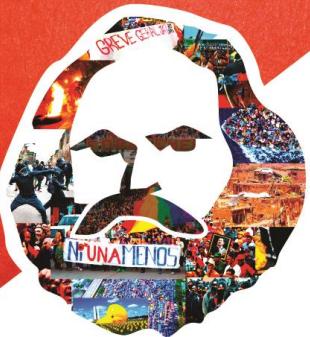
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

O conceito de hegemonia: Gramsci em interlocução com o pensamento revolucionário

Jetson Lourenço Lopes da Silva (jetsonlopes@gmail.com)

É a matriz marxiana no pensamento social que apresenta fundamentalmente uma acepção indissociável da relação entre a sociedade e o Estado. Isso porque o Estado é expressão da relação contraditória entre as classes na sociedade. Esse artigo tem como objetivo apresentar algumas indicações teóricas de como se processa o enfrentamento entre as classes sociais na relação com o Estado para construção da hegemonia. Dessa forma, o conceito de hegemonia desenvolvido por Antonio Gramsci será o eixo das problematizações. É ancorado na questão da hegemonia que se alça a noção de Estado em sentido ampliado e nela os fios invisíveis que esclarecem a vinculação umbilical entre sociedade e Estado. Hegemonia aqui é entendida como o momento do consenso político entre os sujeitos históricos, momento em que uma determinada classe reproduz politicamente seus interesses e visões de mundo sobre outra classe, portanto, a domina e a dirige. Isso implica a participação efetiva do Estado enquanto espaço de gestão da hegemonia. Por isso que a hegemonia revela um Estado em sentido ampliado para além dos seus mecanismos de repressão, ou seja, revela-o como mediação necessária para o consenso entre as classes. Gramsci aprofunda o significado político da hegemonia como uma dimensão da luta de classes num diálogo – quase sempre desconsiderado –, com o pensamento marxista que ancorou a revolução trabalhado de 1917. O percurso das nossas problematizações coloca algumas questões teóricas desenvolvidas por Gramsci em paralelo com a perspectiva teórica de Vladimir Lênin, no que toca ao papel que cabe ao Estado na luta de classes emanada do seio da sociedade capitalista. Metodologicamente se buscará a correlação teórica entre os dois pensadores. Assim, será possível observar o grau de influência sobre o pensamento gramsciano, presente nos Cadernos do Cárcere, com os mais destacado teórico da Revolução Russa. Justifica a necessidade das problematizações dessa revisão da literatura inscrita à tradição marxista, pela importância que se tem em reafirmar o caráter revolucionário do pensamento gramsciano no rol dessa tradição e por aprofundar um debate em que se permite construir estratégias no plano prático, com iluminação teórica, de tensionamento para transformação da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Gramsci; Hegemonia; Revolução;



MARX HOJE

luta de classes na América Latina

TRABALHOS APRESENTADOS

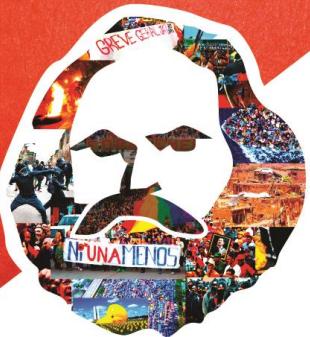
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

O sujeito e o todo: aspectos do fim da dualidade em Hegel e Lukács

Matheus Vieira Silva (vieira.matheus@outlook.com.br)

O sujeito, embora tenha sido introduzido na tradição filosófica através do pensamento cartesiano, encontrará seu acabamento apenas na contemporaneidade, para ser mais exato, em 1923, quando Lukács lança seu célebre livro história e consciência de classe, onde se manifesta a ideia do proletariado como objeto de si mesmo enquanto sujeito absoluto do conhecimento da totalidade. É preciso, no entanto, pontuar que este conhecimento não pode vir à tona através de uma atividade especulativa, mas sim, como uma atividade necessária para a sobrevivência material do sujeito enquanto práxis. O conhecimento de si, não como indivíduo (singularidade), mas como consciência universal da totalidade que reflete na particularidade o todo, fazendo do momento da percepção da classe enquanto classe o momento da própria designação do saber absoluto da totalidade, é onde se apresenta a condição de possibilidade da formação do sujeito social no materialismo histórico dialético, isto é, da formação do proletariado. Entretanto, caso voltemos um pouco na história, encontraremos a unidade entre sujeito e objeto já realizada no interior da dialética hegeliana através da mútua necessidade dialética do Eu para com o Outro, pondo um fim, assim, na primazia do sujeito para com a Coisa, os fazendo, dessa forma, como momentos constitutivos de um só conceito, isto é, como um todo suprassumido em si mesmo. É nesse ponto que a discussão se situa: quais as relações entre a ideia de sujeito concebida a partir do método ortodoxo (ou materialismo histórico dialético) com o estabelecimento do fim da cisão entre sujeito e objeto na dialética hegeliana? Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é apontar os aspectos do fim da dicotomia entre sujeito e objeto na dialética hegeliana (e necessariamente trazer à tona a crítica que Hegel exerce contra Kant) e sua contribuição na formação do proletariado enquanto sujeito absoluto no método materialista dialético exposto por Lukács, assim como mostrar os reparos empreendidos pelo filósofo húngaro à própria crítica hegeliana.

Palavras-chave: Sujeito; Totalidade; Cisão; Hegel; Lukács



MARX HOJE

luta de classes na América Latina

TRABALHOS APRESENTADOS

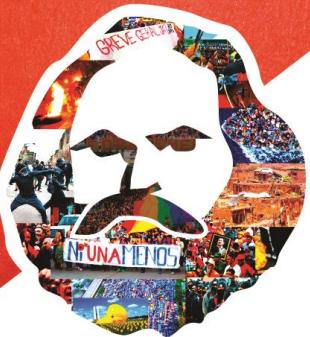
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Gramsci diante do diabo: notas acerca da psicanálise

João Paulo Ferreira de Holanda (joaopaulohollanda@gmail.com)

O trabalho constitui uma revisão de literatura. Busca, em síntese, compreender a visão do filósofo marxista Antonio Gramsci a respeito da psicanálise. Em outras palavras, como se dá o encontro inusitado entre esses dois relevantes pensamentos do século XX, a saber, o marxismo de matriz gramsciana e a teoria analítica. Sabe-se em demasia das reflexões de Gramsci quanto ao Estado e a política moderna; bem como de suas observações referentes ao papel dos intelectuais etc. Com efeito, podemos afirmar que a crítica se especializou em determinados temas da obra em detrimento de outros. No entanto, a obra de Gramsci comprehende diversas temáticas; é, por assim dizer, um vasto campo com espaços ainda não devidamente explorados. Assim, embora não se trate de um assunto “central” no conjunto da obra de Gramsci, mas de um tema “periférico” – o “freudismo” –, o trabalho objetiva elucidar um fenômeno cuja particularidade desvenda sua relação com o “todo”, isto é, a partir da relação de Gramsci com a psicanálise é possível traçar características gerais de sua filosofia. E, para tal objetivo, serão utilizados os textos carcerários do filósofo sardo, tanto suas famosas anotações dispersas em cadernos escolares (Cadernos do cárcere), quanto cartas do referido período de reclusão (Cartas do cárcere).

Palavras-chave: Gramsci. Psicanálise. Marxismo.



MARX HOJE

luta de classes na América Latina

TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Marxismo e subjetividade

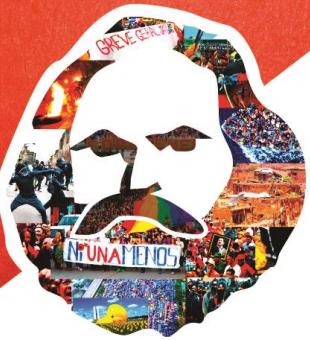
Ivo Júnior Celestino Ferreira (ivocelestino@gmail.com)

Nara Fernandes Lúcio

Felipe Bezerra de Andrade

Este estudo consiste em entender de que forma as contribuições do marxismo, principalmente nas formulações de Lev Vigotski, Erich Fromm e Georg Lukács, podem nos auxiliar numa compreensão da psicologia e da saúde mental nesses tempos de Crise Estrutural do Capital, tal como foi formulado por Mészáros. A alienação (estranhamento) na sociedade capitalista e seus efeitos deletérios ao desenvolvimento da individualidade humana atingem estágios ainda mais graves com a intensificação da crise da sociedade capitalista, e isto se expressa, entre outras formas, num alarmante crescimento dos números de adoecimentos psíquicos, de medicalização descontrolada e de suicídios. As condições gerais de vida se tornam cada vez agressivas e as possibilidades de desenvolvimento da personalidade humana mais restrita. Acreditamos que a teoria social desenvolvida por Marx e Engels oferecem os instrumentos necessários para a apreensão real do fenômeno da subjetividade sem fazer concessões ao subjetivismo ou ao materialismo vulgar, isto é, compreendendo sua relação com a base material de forma dialética. Tanto Vigotski, na sua contribuição para o desenvolvimento de uma teoria geral da psicologia de bases marxistas, como Fromm, em seus estudos sobre a concepção marxista de homem, demonstraram como o marxismo é não apenas adequado como necessário para pensar as questões da subjetividade e da psicologia. Quanto a Lukács, na sua formulação do estranhamento, no volume II da monumental *Ontologia do Ser Social*, como a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento da personalidade humana, oferece frutíferas indicações para pensar as questões da subjetividade nas atuais condições do capitalismo em processo de crise estrutural. Nos parece que o campo da subjetividade, ainda insuficientemente estudado pela tradição marxista, possui diversas lacunas e sobretudo o marxismo ainda tem muito a oferecer a esse campo. Procuramos apresentar apenas algumas modestas indicações de caminhos para esses estudos e demarcar sua necessidade.

Palavras-chave: Marxismo; subjetividade; Vigotski; Fromm; Lukacs



MARX HOJE

luta de classes na América Latina

TRABALHOS APRESENTADOS

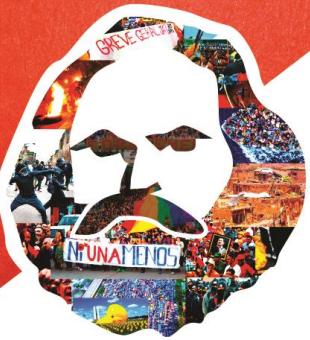
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

O marxismo e a raça: enegrecendo a luta de classe

Afonso Falcão de Almeida Filho (afonsofalcao12@gmail.com)

O presente trabalho pretende problematizar a relação entre raça e a categoria luta de classes. Para isso, parte-se da análise bibliográfica, principalmente, da obra “Significado do protesto Negro”, do sociológico brasileiro Florestan Fernandes. Para tanto, é necessário ressaltar que raça e classe não se contrapõem, mas se interpenetram como elementos explosivos. O dilema social representado pelo negro está intrinsecamente ligado à violência dos que cultivaram a repetição do passado no presente. A abolição da escravidão, a título de exemplo, como marca histórica, deve ser encarada como ponto formal da construção da negritude, porém, na materialidade, o negro continuou se deparando com dificuldades similares as que sofria, como a superexploração de sua força de trabalho. Ao conseguir a suposta igualdade formal, o negro depara-se socialmente com o preconceito e a discriminação institucional, dificultando a interação desses com mundo do trabalho. Nessa perspectiva, a premissa “proletários de todo o mundo: uni-vos!”, a qual encerra “O Manifesto Comunista”, evidencia que em nossa realidade nacional, deve haver um maior recorte étnico-racial. Em outras palavras, não se pode olhar os interesses de classe de maneira dissociada dos de raça, pois as relações sociais de produção da colônia, fundante da formação social brasileira, apoiou-se no entrelaçamento de ambas categorias. O avanço da organização do movimento negro na última década, caso convergente com o retorno da luta operária neste período pós-golpe, pode vir a tornar-se uma síntese explosiva.

Palavras-chave: Classe; raça; superexploração do trabalho;



MARX HOJE

luta de classes na América Latina

TRABALHOS APRESENTADOS

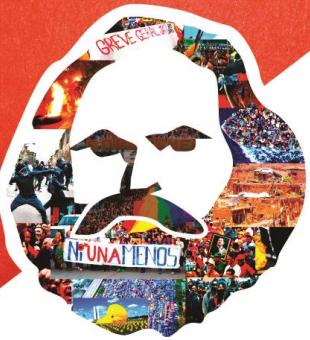
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

As congruências entre a escola unitaria de Gramsci e a pedagogia do trabalho de Freinet

Rafaela Ferreira dos Santos Mendes Muratt (rafa8816@hotmail.com)

O presente texto pretende apresentar um estudo de revisão literária, que até então pouco foi escrito a cerca das congruências das concepções educacionais, elaboradas pelos teóricos Antonio Gramsci e Celestin Freinet. Destacando, a formulação de uma nova educação visando à formação de um homem de novo tipo, contido na proposta da Escola Unitária do filósofo italiano e na proposta da Pedagogia do Trabalho do professor primário francês. Tal esforço em apresentar tais similaridades entre dois estudiosos que pouco vemos juntos em pesquisas, tem o intuito de contribuir para o cabedal de pesquisas a respeito de uma nova educação e de resistir ao acirramento da dualidade da educação que vem ocorrendo. Assim educação e trabalho juntos poderiam, segundo ambos os autores, formar o homem de maneira completa e não de maneira unilateral e deficiente. Fomentaria dentro da velha sociedade capitalista através das contradições existentes, as possibilidades para criar e emergir o novo, abrindo caminho para uma nova sociedade. Demonstrar as congruências que possuem poderá despertar outras e mais profundas pesquisas a cerca desses dois grandes homens de seu tempo. Que sonharam mais também vivenciaram as próprias sugestões de novos caminhos para uma educação que alargue os olhos para a possibilidade de uma nova sociabilidade.

Palavras-chave: Pedagogia do Trabalho, Escola Unitária, Trabalho



TRABALHOS APRESENTADOS

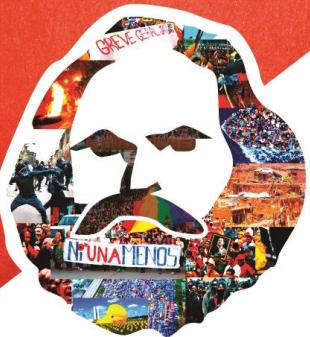
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

As necessidades humanas a partir da contribuição de Agnes Heller

Liana Amaro Augusto de Carvalho (lianacarvalhoss@hotmail.com)

O trabalho ora apresentado surge com o objetivo de discutir o tema das necessidades humanas a partir de uma revisão de literatura da contribuição teórica de Agnes Heller. A pesquisa realizada vem se desenvolvendo a partir da perspectiva da vertente crítico dialética ancorada em Marx, tomando como pressuposto de análise o movimento ontológico próprio da realidade da vida social, indo da sua aparência até torná-lo em concreção. Apesar de o referido tema ter sido secundarizado nos últimos anos, uma das grandes contribuições ao debate é a produção intelectual da socióloga húngara Agnes Heller, ao publicar o esforço da discussão empreendido sobre o tema em “A teoria das necessidades em Marx”, de 1974. Assistente dos trabalhos de Gyorgy Lukács até 1958 e como uma das figuras mais marcantes e produtivas da Escola de Budapest, Heller desenvolveu seus estudos principalmente sobre Ética, Vida Cotidiana e Necessidades Humanas. A contribuição da referida autora nesse debate não pode ser considerada uma questão menor tendo em vista que ela contribui de forma única dentro da tradição no sentido de garantir a centralidade ontológica do trabalho e o imperativo constante do intercâmbio sociometabólico com o objetivo de satisfazer novas necessidades advindas do avanço dessa relação recíproca, inserindo ao debate o conceito de necessidades radicais. Nesse sentido, esta contribuição teórica, apesar de não ter ainda maiores leitores no Brasil, ganha atenção sobretudo em tempos nos quais estas necessidades aparecem completamente banalizadas pela ordem do capital, resumindo-se apenas a esfera do consumo como mediação para a sua satisfação. O conceito de necessidades radicais proposto pela autora traz à baila a reflexão de necessidades que de fato não podem ser satisfeitas no modo de produção capitalista, exigindo-se portanto uma atividade revolucionária da classe trabalhadora no sentido de transitar do reino das necessidades para o reino da liberdade, numa construção coletiva de fato emancipatória da humanidade.

Palavras-chave: Agnes Heller. Necessidades humanas. Necessidades radicais.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais

O materialismo histórico-dialético como método de pesquisa no Serviço Social

Alessandra de Oliveira Silva (aledeoliveirasilva@hotmail.com)

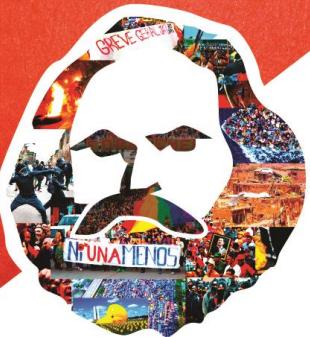
Ana Aluska da Silva Almeida

Maria de Fátima Melo do Nascimento (Orientadora)

Vânia Maria Vasconcelos de Castro

Diversas perspectivas teóricas e metodológicas perpassaram a constituir a formação do profissional de Serviço Social desde o limiar de sua chegada ao Brasil, com a inauguração da primeira escola de Serviço Social em 1936. Neste sentido, o presente artigo se propõe a expor como se deu a incorporação do materialismo histórico-dialético no Serviço Social brasileiro no tocante ao avanço para a pesquisa dentro da supracitada profissão. Para alcançar tal objetivo, se faz necessário uma incursão por algumas bibliografias que tratam de tais assuntos, através da pesquisa bibliográfica para dar sustentação a este trabalho. O materialismo histórico traz a afirmação de que o processo de trabalho, ou seja, o modo como os homens produzem e se reproduzem, é a ação transformadora do homem no desenvolvimento da história humana. A forma, o modo de como os homens se organizam socialmente para produzir é o que caracterizam a história humana. Com a adoção do método, a pesquisa no Serviço Social assume o compromisso com os interesses da classe trabalhadora (ou classes trabalhadoras) na emancipação das formas danosas que o sistema econômico vigente impõe ao desenvolvimento humano-social. Aqui, adentra a contribuição da perspectiva da teoria marxista (e, consequentemente o método) na investigação da vida social através da consideração da práxis humana situada em cada momento histórico. A pesquisa no Serviço Social visa promover, aliado a prática profissional, a reinventar a sua prática profissional e (re)construir as maneiras de intervir, deixando para trás antigas práticas que ainda persistem em seu cotidiano. A adoção do materialismo histórico-dialético pelo Serviço Social, nos permite acompanhar o movimento da sociedade, aqui no tocante a própria relação da condição das classes trabalhadoras e suas necessidades materiais e espirituais ao capitalismo e as contradições entre capital/trabalho, como enfoque na metodologia da pesquisa.

Palavras-chave: Materialismo, materialismo-histórico dialético, dialética, pesquisa, serviço social



TRABALHOS APRESENTADOS

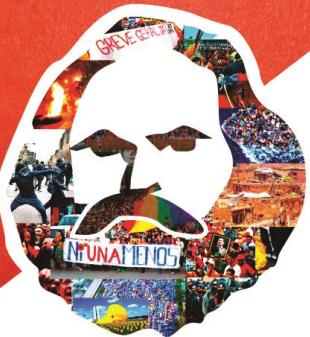
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais

Reflexão da coletivização do trabalho pedagógico enquanto estratégia formativa de novos docentes

Sérgio João da Silva (serginho.pe2007@hotmail.com)

A lógica hegemônica e formal em nossa sociedade nos incentiva a compreender o professor como o único responsável pela formação de seus alunos. Mas, percebemos que o trabalho pedagógico é sempre coletivo. Porém, os cursos de formação (inicial ou continuada) geralmente não abordam a docência dessa forma, preferindo reforçar a imagem do professor solitário, que enfrenta heroicamente seus desafios. A prática pedagógica é reduzida a resolução de problemas pontuais e a formação se reduz a aquisição de habilidades e sequências didáticas. Propomo-nos aqui contribuir para a superação desse quadro alienante, relatando e refletindo a nossa experiência de formação fundamentada na coletivização do trabalho pedagógico. O grupo em questão é composto por 40 estudantes do curso de licenciatura em Educação Física do Centro Acadêmico de Vitória (UFPE), dois professores da mesma instituição, e quatro professores de Educação Física, referente às escolas envolvidas, Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Professor Barros Guimarães, do município de Glória do Goitá – PE, EREM Doutor Sebastião de Vasconcelos Galvão-Vitória de Santo Antão/PE, EREM Senador João Cleofas de Oliveira - Vitória de Santo Antão/PE, Escola Estadual Madre Lucila Magalhães - Vitória de Santo Antão/PE e EREM Antônio Dias Cardoso - Vitória de Santo Antão/PE, locais de atuação do coletivo, de março de 2014 à 2017. Inspirados nos princípios da pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1991), e na tradição do pensamento pedagógico socialista (PISTRAK, 2011 e 2015), compreendemos ontologicamente o Homem como produto de relações materiais concretas, e o trabalho como princípio pedagógico. A inserção no cotidiano da escola, vivenciando o exercício de um trabalho socialmente necessário, permitiu-nos tematizar as relações sociais ali presentes. Como contraponto ao individualismo, competitivismo, fragmentação e alienação diagnosticados, organizamos coletivamente nossa atuação, buscando construir relações fundamentadas em outros valores, como a solidariedade e a generosidade coletiva. Considerando que todas as ações foram construídas coletivamente, podemos perceber que o trabalho coletivo permitiu uma totalidade de todo processo, uma organização horizontal, maior autonomia e consciência dos membros. Sendo assim, apontamos o trabalho coletivo enquanto uma estratégia para a organização do trabalho pedagógico.

Palavras-chave: Formação; Coletivo; Trabalho pedagógico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais

A crise da escola pública e a educação para emancipação humana

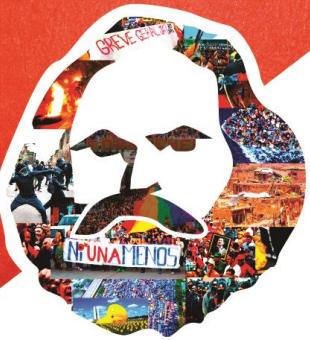
Lúcia Helena de Brito (lhelena.brito@uece.br)

Nonato Lucas Freitas Barbosa

Ramon Cristyan Nogueira da Silva.

Diante do cenário atual de crise estrutural do capital pautada no reordenamento das formas de acumulação flexível, esta pesquisa propõe refletir sobre a relação educação e sociedade a partir do papel da escola pública na sua função formadora ante as demandas sociais, tendo como eixo de análise a perspectiva marxiana da emancipação humana. Objetiva analisar a crise da escola pública na sua função formadora relacionando-a com crise do capital, para compreendermos os processos formativos considerando: o papel do professor, a estrutura pedagógica do sistema educacional e as reformas em curso no ensino médio. A metodologia qualitativa guiou observações in lócus da estrutura escolar e pedagógica. Elencamos leituras críticas de matriz marxista tendo na categoria de Emancipação Humana um contraponto às formulações da “epistemologia da prática” hegemônicas na orientação de práticas educacionais dos professores e educandos em processos formativo na escola pública. Ao interpelarmos a realidade escolar pública como espaço possível para práticas emancipatórias, concluímos parcialmente que o distanciamento dos ideais de universalização do conhecimento como condição para a democratização da sociedade moderna foi também a condição de sua estruturação, na medida em que esta se estrutura com o aprofundamento da desigualdade em todas as esferas sociais. O projeto neoliberal põe para a escola pública o papel de absorver a população jovem, negra e pobre da sociedade, ajustando-a as demandas da acumulação flexível. Reformas priorizam formações técnicas, supondo neutralidade e esvaziando a dimensão da política como condição de ser do homem no seu processo formativo emancipatório, afirmindo a reflexão na ação como competência para resiliência e capacidade para adaptação à flexibilidade exigida pelo mercado. Desarticula-se a promessa de uma escola integradora. As práticas de emancipação na escola se situam fora da política pedagógica, porque condicionadas a professores cuja práxis pedagógica tem a crítica como fundamento para a ação transformadora ancorada em teoria da educação emancipatória.

Palavras-chave: Educação. Emancipação Humana. Crise da Escola Pública.



TRABALHOS APRESENTADOS

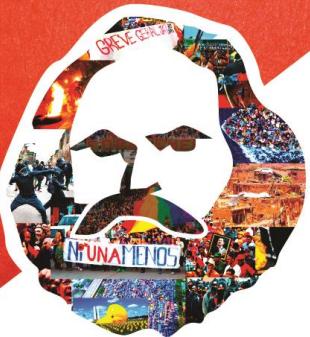
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais

Educação e formação a partir do princípio ontológico do ser

Filipe Benício de Oliveira (filipebenicio@outlook.com)

A educação na sociedade surge como princípio (ontológico) da formação humana, para compreender a educação no processo de formação, faz necessário entender o contexto entre ela e o trabalho. Para isso “o primeiro pressuposto de toda história humana e a naturalmente a existências de seres humanos vivos. A primeira situação e constatar, portanto a constituição corporal desse indivíduo com a natureza em geral.” (MARX e ENGELS, 2004, p.44). Nesse caso, ao se relacionar com a natureza pelo seu trabalho, o homem começar a adquirir novas habilidades através de suas experiências, entre elas o conhecimento. Ou seja, “homem vai construindo um mundo histórico, um mundo da cultura, um mundo humano. E educação tem suas origens nesse processo”. (SAVIANI, 2008, p.94), ao construir um mundo histórico o homem se humanizava. Entretanto, com as mudanças nas forma de vida da sociedade é do trabalho, a educação foi se desvinculando do trabalho humano, e a formação se tornando cada vez desumanizada. Nos dias de hoje, a educação reproduz a desigualdade sócias, onde para as classes média oferece uma educação intelectual de qualidade, mantendo assim a hegemonia dominante, e para as classes mais baixas uma educação voltada para mercado de trabalho. Sendo assim, este trabalho tem como finalidade discutir sobre a Educação como Formação a partir da análise ontológica do por meio da constituição dos processos de produção e reprodução social do conhecimento. Foram elaboradas diversas buscas de textos marxista, com relação ao tema, entre os autores, Saviani, Marx e etc. A partir dos textos estudados, e de discussão sobre esta temática, analisando o ser humano e sua formação por meio do princípio ontológico do ser.

Palavras-chave: Educação, Formação e trabalho.



TRABALHOS APRESENTADOS

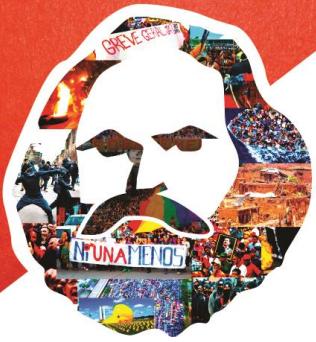
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais

Formação da personalidade de professoras religiosas: uma abordagem marxista

Bartira Telles Pereira Santos (bartiratelles@gmail.com)

O artigo debate o conceito de personalidade segundo a teoria marxista. No âmbito da produção acadêmica o reconhecimento da importância do processo de personalização do professor como fator que interfere no processo pedagógico constitui-se em uma referência crescente nas pesquisas (Antônio Nôvoa, 1992- 1997; Garcia, 1997; Esteve, 1991; Cavaco 1991 Berger, 1991; Serrão, 2006, Martins, 2015). Para nossa discussão, nos valemos da perceptiva teórica e metodológica de Lígia Martins, 2001 e Iasi, 1999 e 2006. De acordo com as contribuições dos pesquisadores, partimos da premissa de que as circunstâncias objetivas de vida delimitam o campo de atividades, “[...] é a singularidade que compõe a ação humana diante do mundo na forma de uma intencionalidade que deve agir comprimida por uma materialidade determinada.” (IASI, 2006, p.76). A personalidade resulta da unidade e luta dos contrários, indivíduo e personalidade. Ou seja, “Em sua gênese, a personalidade resulta de relações dialéticas entre fatores externos e internos sintetizados na atividade social do indivíduo. Como fatores extrínsecos, temos as condições materiais de vida, o conjunto de relações sociais que sustentam a superação do ser hominizado em direção ao ser humanizado, que guardam as possibilidades reais da atividade humana.” (MARTINS, 2015). A delimitação do campo de estudo com ênfase no aspecto religioso insere o artigo, também, na linha dos estudos da sociologia marxista da religião, ao buscar entender os fenômenos religiosos e o seu papel na história, “[...] o peso da religião na consciência das massas” (LUXEMBURGO, 2005, p.111). O investimento do estudo neste aspecto da formação da personalidade, se justifica devido a disputa teórica quanto aos fundamentos do processo de formação de professores, com forte polarização e tensão, dependendo da tradição religiosa dos pares envolvidos, especialmente relacionado ao debate sobre direitos humanos, com rejeição dos argumentos dos movimentos no campo da crítica ao capitalismo, justiça de gênero, da sexualidade e da reprodução humana. Sabemos, não se tratar de uma questão nova, entretanto, em tempos de politização reativa dos movimentos religiosos, velhas questões retornam, nos desafiando a pensar nos modos através dos quais, constituiremos os filtros institucionais necessários para formação de professores.

Palavras-chaves: Marxismo; Personalidade; Professoras religiosas



TRABALHOS APRESENTADOS

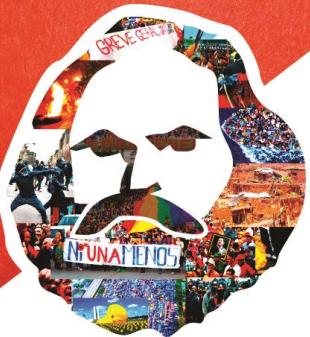
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais

Cultura corporal, um conceito alicerçado em uma ontologia marxista

Benedito Carlos Libório Caires Araújo (beneufs@gmail.com)

Este estudo teve por objetivo entender o que é cultura corporal, uma categoria explicativa, que trata da área da Educação Física na escola capitalista, buscando a transição para outro projeto histórico. O conceito de cultura corporal está alicerçado numa compreensão histórica do termo cultura, entendida como um produto da atividade humana, um fenômeno social determinado por um nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica: trabalho, instrução, educação, filosofia, ciência, literatura, arte e instituições que lhes correspondem. Na sociedade de classes, a educação física deveria cumprir o papel de garantir as novas gerações o acesso ao acúmulo histórico das produções relativas a cultura, especificamente, as que tratam diretamente do corpo. Cabe-nos inserir nessa discussão um outro referencial ontológico, que compreende o trabalho como “[...] dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos [...]” (MARX, 1988, p. 173). Entendemos, a partir dessa síntese, uma compreensão de que as mediações essenciais, que são determinantes nos processos de conhecimento (gnosiologia), são fundadas nas ações corporais, e que, as contribuições da metodologia crítico-superadora são fundamentais para avançar sobre o conhecimento da aprendizagem (cognição) e de suas relações com o trabalho histórico. Partindo do materialismo histórico dialético, que sustentará o debate, que lança suas luzes para uma área pouco explorada no campo marxista.

Palavras-chave: Cultura Corporal; Escola; Ontologia; Trabalho



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais

Formação profissional e Serviço Social: dilemas e perspectivas do estágio supervisionado

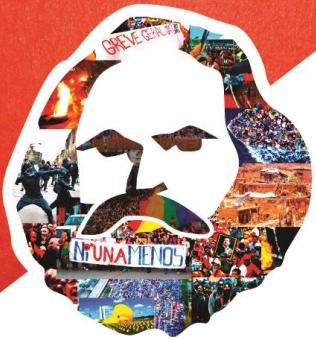
Silvana Alves da Silva (alvessilvana33@gmail.com)

O presente estudo baseia-se na problemática identificada por outras pesquisas que apontam fragilidades na formação profissional dos (das) assistentes sociais. Tem como objetivo principal analisar o processo de estágio supervisionado em Serviço Social em instituições públicas e privadas de Belém do Pará nas diferentes modalidades de ensino, além de identificar fragilidades e potencialidades na execução do estágio supervisionado nas distintas realidades institucionais e verificar em que medida a organização do estágio supervisionado nas diferentes unidades de ensino está em consonância com as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, com a Política Nacional de Estágio da ABEPSS e com a resolução 533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. As questões colocadas baseiam-se na preocupação existente quanto ao perfil profissional proporcionado pelas Unidades de Formação (UFAs) em suas diferentes modalidades, em um contexto de mercantilização da educação, bem como de sua subordinação aos interesses do capital.

Para alcançar os objetivos propostos foram desenvolvidas pesquisa bibliográfica e de campo, realizando entrevistas semiestruturadas com os sujeitos escolhidos de forma intencional por estarem inseridos no estágio supervisionado. Buscou-se perceber o movimento do objeto de estudo numa perspectiva crítico-dialética, através da pesquisa qualitativa, por ela trabalhar com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. “Conjunto de fenômenos entendidos como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (Minayo, 2015, p.21).

A análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo permitiu a compreensão que de maneira geral, um dos grandes desafios para uma formação profissional qualificada em Serviço Social é a oferta de um estágio supervisionado da forma como é explicitado nestes instrumentos normativos que regem esse processo formativo. Além do que, a luta por um estágio supervisionado qualificado é coletiva e cotidiana, sendo necessária à defesa do projeto ético-político de formação profissional defendido hegemonicamente pela categoria.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Formação Profissional; Serviço Social.



TRABALHOS APRESENTADOS

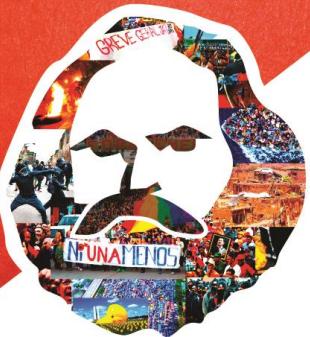
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais

Educação Superior à distância: movimento de inclusão ou expansão ideológica do capital?

Alex Jacinto Duarte (alexanomalon@gmail.com)

O ensino superior no Brasil sempre esteve norteado por interesses do capital, sua expansão via setor privado está fortemente ligado ao avanço do neoliberalismo e premissas de Estado mínimo. No governo Lula o ensino superior privado e à distância ganhou investimentos e foi ampliado, levando o acesso as camadas menos favorecidas da sociedade, mas este movimento está sujeito aos ditames mercadológicos de extração de mais Valia, desta forma a qualidade no ensino atende apenas as exigências de mercado, longe de ser um ensino que liberte ou carregue o sujeito de uma capacidade de interferir no seu meio de forma positiva. A educação sendo um dos aparelhos ideológicos do Estado burguês atende o intuito de formar cidadãos aptos a reproduzir as relações de produção da ordem capitalista, não é de interesse desta ordem seu desnudamento através de uma educação libertadora e emancipadora , desta forma, sua expansão não vem acompanhada de mudança no ensino, o que de fato se configuraria uma expansão de qualidade. O Serviço Social nos últimos anos obteve expressivo aumento no seu alunado, esse fenômeno foi fruto da expansão do ensino privado e do apreço que o empresariado tem pelo Serviço Social, longe de ser algo positivo, esta preferência tem suas causas no baixo custo e elevados lucros que o curso pode proporcionar a iniciativa privada, como consequência temos a formação precária de profissionais. Através da análise bibliográfica o trabalho discutirá essas implicações ideológicas na educação superior no Brasil, e é nosso intuito somar para o enriquecimento da discussão a respeito dos rumos da educação nesses moldes dentro do Serviço Social.

Palavras-chave: Ensino superior, EAD, Mercantilização, Ideologia, Serviço Social.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais

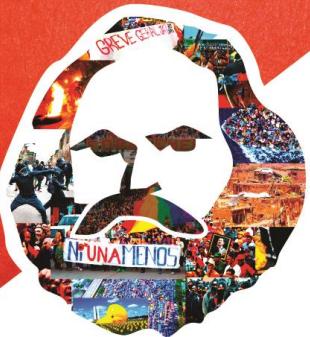
Concepção de classes: debate necessário para a formação profissional do Serviço Social

Maria da Guia da Silva Monteiro (daguia.monteiro17@gmail.com)

Maria Carolina Nascimento Silva

O presente trabalho tem por objetivo trazer uma análise acerca da concepção de classes e luta de classes por meio das categorias gramscianas (hegemonia, Estado, bloco histórico, sociedade política e sociedade civil) e, a partir disto, estabelecer uma relação desta concepção com a formação profissional do Serviço Social. Visto que, essa profissão se insere e se desenvolve no Modo de Produção Capitalista a partir das contradições inerentes a este sistema. Conforme Montaño e Duriguetto (2008), entendemos classes como sendo um resultado e expressão fundamental das relações antagônicas do capital. De forma objetiva, identificamos que as classes que compõem o modo de produção capitalista se conformam na classe burguesa e na classe proletária – a primeira, detentora dos meios de produção; a segunda, da força de trabalho. As classes constituem um espaço de fundamental importância dentro do sistema capitalista que, em termos gramscianos, é denominado de bloco histórico, o qual é composto por uma estrutura (sociedade civil) e por uma superestrutura (sociedade política), que se apresentam dentro de uma esfera mais geral, o Estado (ampliado), o qual representa a hegemonia de um grupo social sobre todos os outros. As classes sociais são elementos fundamentais na esfera do Estado, pois o movimento dado pela correlação de força das classes na disputa por interesses de classe, vai constituir um processo de luta e de organização das classes. Visto isso, julgamos que a compreensão da dinâmica das classes sociais no modo de produção capitalista é de grande importância para à formação profissional do Serviço social; pois a contradição expressa entre ambas resulta numa das expressões da questão social, e esta enquanto objeto de intervenção do Serviço Social, é fundamental que o futuro profissional entenda os determinantes de tais demandas que chegam nos espaços institucionais da profissão. Portanto, para chegarmos a essa conclusão realizamos leituras de textos e obras que apresentam um entendimento do pensamento de Gramsci, como PAULA (2016), PORTELLI (1977); e de autoras expressivas do Serviço Social: RAMOS e SANTOS (2016), que enfatizam no texto analisado para este trabalho, Projeto Profissional e Organização Política do Serviço Social Brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas.

Palavras-chave: Concepção de classe; Modo de Produção Capitalista; Formação; Serviço Social



TRABALHOS APRESENTADOS

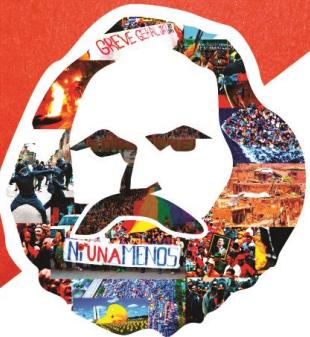
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais

Desafios para atuação psicossocial no Centro-Dia para pessoas com deficiência em
Natal/RN

Arthemis Nuamma Nunes de Almeida (arthemisnuamma7@gmail.com)
Samya Katiane Martins Pinheiro

No Brasil, do total da população registrado no último censo de 2010, 45.606.048 (23,9%) é composto por pessoas com deficiência (PCDs), que pode ser classificada entre visual, auditiva, motora ou intelectual. Além disso, o nordeste é a região com o maior percentual de PCDs (26,63%), com destaque para o Rio Grande do Norte com um índice de 27,76%. Essa classificação do RN e a partir do Plano Viver sem Limite: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, justificou-se a implantação do Centro-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência em Natal/RN no ano de 2013, sob coordenação da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), vinculado ao Serviço de Proteção Social Especial (DPSE) de Média complexidade, como figura na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Esse serviço deve contribuir, dentre outras coisas, para permitir que os seus usuários tenham acesso aos direitos sociais; reduzir e prevenir situações de isolamento e abrigamento institucional; diminuir a sobrecarga dos seus cuidadores; fortalecer a convivência familiar e comunitária; proteger e cuidar dos indivíduos e suas famílias na busca do desenvolvimento de autonomias, etc. São beneficiadas, atualmente, 86 pessoas de ambos os sexos, com deficiência, e idades entre 18 e 59 anos. Os usuários são atendidos por equipe interdisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais, terapeuta ocupacional, cuidadores, orientadores/educadores sociais, além de equipe de apoio, de segunda a sexta-feira durante o dia, que procuraram o serviço, essencialmente, por demanda espontânea. A partir desse contexto, percebe-se que essas PCDs, em geral, são dependentes de seus cuidadores familiares, pouco socializam e tem um histórico de negação de direitos, principalmente, à educação. Nesse sentido, a atuação interdisciplinar dos psicólogos e assistentes sociais tem se constituído enquanto um desafio a partir da histórica invisibilidade das pessoas com deficiência em uma sociedade capitalista, e, por isso, terem refletidos em seus cotidianos as sequelas da questão social e se constituírem enquanto sujeitos em vulnerabilidade e dependência. Assim sendo, o Centro-dia se configura como um importante equipamento social que procura garantir direitos e estimular a autonomia dos seus usuários.

Palavras-chave: autonomia; garantia de direitos; Pessoa com deficiência; atuação interdisciplinar



TRABALHOS APRESENTADOS

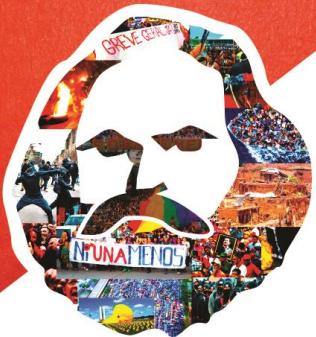
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais

Feminismo, gênero e Serviço Social: contribuições para o debate na formação profissional

Micaela Alves Rocha da Costa (micaelacost@gmail.com)

O presente trabalho constitui-se enquanto um relato de pesquisa oriundo da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em agosto de 2017. Considerando os impactos da crise do capital na educação superior que além de promover o aligeiramento dos cursos, o sucateamento do ensino público e a intensa privatização da educação, também tem reiterado nas relações sociais, o individualismo, a fragmentação, a intolerância, o machismo, o racismo, a homofobia e o ódio entre as classes sociais; e a partir do entendimento do feminismo como um elemento estratégico para o fortalecimento da formação e do exercício profissional de uma categoria, composta majoritariamente por mulheres e que tem como demanda expressiva, as mulheres da classe trabalhadora, este trabalho objetivou analisar os avanços, contradições e rebatimentos da discussão de gênero e feminismo na formação profissional em Serviço Social. O lócus da pesquisa foram quatro instituições de ensino superior do estado do Rio Grande do Norte, a saber: Universidade Federal Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Potiguar (UNP) e Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). Realizamos entrevistas semiestruturadas com oito discentes e oito docentes das instituições de ensino superior. A investigação é embasada pelo método materialista histórico dialético a partir da técnica de abordagem quanti-qualitativa e pesquisa bibliográfica. Além disso, utilizamos análise documental com base nos projetos pedagógicos e nas grades curriculares dos cursos. Como resultado da pesquisa, consideramos que a discussão de gênero e feminismo é imprescindível para o Serviço Social e contribui de forma significativa para a qualidade da formação profissional. A articulação política com o movimento feminista e com os movimentos sociais favorecem e qualificam esta discussão. Contudo, o aligeiramento e o desmantelamento do ensino superior podem interferir de forma direta no processo formativo, principalmente nas instituições privadas, prejudicando a contribuição do gênero e do feminismo no processo formativo. Por fim, considera-se que a luta por uma educação de qualidade, laica, socialmente referenciada, e feminista é um desafio para o Serviço Social em tempos de avanço do pensamento conservador.

Palavras-chave: Feminismo, Gênero, Serviço Social, Formação profissional



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais

Fatores relacionados à vida de crianças vivendo em campos de refugiados

Ana Kévyne Pereira Bezerra (annakevyne@gmail.com)

Ana Jéssica Pereira Bezerra

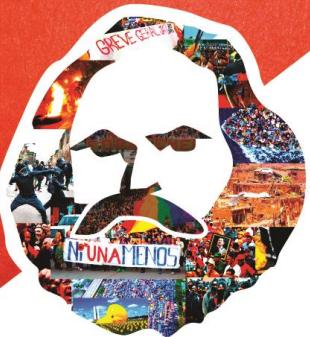
Cássia Keyve Rodrigues de Souza

Alan da Silva Rolim

Lielton Maia Silva.

Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica para analisar as questões referentes aos fatores que estejam direcionados a vida de crianças que vivem em campos de refugiados. Dessa forma, os autores fizeram uma seleção de trabalhos publicados dentro dessa linha de pesquisa. Assim, faz-se necessário citar que as crianças refugiadas segundo o que encontra no ACNUR, são aquelas que têm idade inferiores há 18 anos, que também não se encontram acompanhadas por algum familiar responsável e que ainda, estejam fora de seu país. Durante pesquisa, ainda, foi constatado que existem vários problemas que esses menores podem vir a ter, alguns mais frequentes, conforme ressalta SINUS (2009), pode ocorrer o seguinte: a não garantia dos direitos fundamentais, obter o registo civil, entre outros que podem acontecer, a falta de segurança no país, serem vítima de trabalho forçado, exploração, abuso sexual, rapto, tortura, entre outros abusos. Ademais, foi analisado que devido a esses problemas, a Psicologia poderia sinalizar fatores que pudessem contribuir de forma positiva na vida e relação social dessas crianças. O psicólogo através de acolhimento e escuta, pode vir a ser o aparato fundamental para a interação e/ou inserção desses sujeitos na sociedade, da qual irão fazer parte. Os pontos chaves para o atendimento psicológico partiram dos princípios relacionados a perdas, que geram sofrimento. Mediante o que já foi citado, considera-se que apesar de ser notório que as crianças refugiadas enfrentem diversas situações problemáticas, ainda existem maneiras eficazes de contornar as circunstâncias, a escuta psicológica é uma delas. Dessa forma sugere-se que as Organizações que lidam com a busca pelo direito dos menores analisem tal proposta e a coloquem em prática.

Palavras-chave: Crianças; Refugiados; Psicologia; Sociedade.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais

As construções de gênero e seus atravessamentos na formação em Psicologia

Letícia Bortolotto Flores (lebflores07@gmail.com)

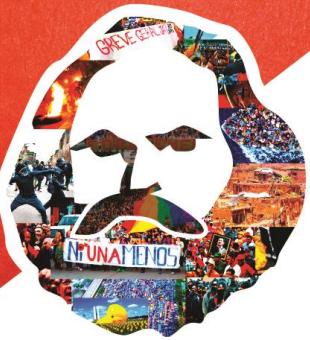
Catheline Rubim Brandolt

Roberta Fin Motta

Samara Silva dos Santos

Introdução: A Psicologia é uma profissão majoritariamente feminina, e isso demarca fortemente o atravessamento de questões sobre gênero na formação e no fazer profissional da categoria. Este dado acompanha o processo de 'feminização do mercado de trabalho', expandido a partir das décadas de 1980 e 1990. Dentre as características que reflete a variável gênero, destaca-se a baixa remuneração e o acúmulo de funções e desvalorização profissional. Neste processo, pode-se perceber uma reprodução de estereótipos de gênero relacionados à profissão da Psicologia, o que gera inquietações e questionamentos a respeito dos objetos de investigação. **Justificativa:** Este recorte de análise derivou de uma pesquisa realizada como tarefa da disciplina de Pesquisa em Psicologia da Saúde do PPG em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A pesquisa tinha como objetivo conhecer a percepção de acadêmicas a respeito do fazer da Psicologia no campo da Saúde. Enfatizou-se o interesse das autoras em dar continuidade e aprofundar a análise das informações coletadas, uma vez que há um atravessamento das representações sociais, de classe e de gênero sobre a atuação da psicologia na saúde pública. **Objetivo:** Analisar como no discurso de acadêmicas das cinco Instituições de Ensino Superior da cidade prevalecem aspectos de gênero na formação em Psicologia. **Procedimentos utilizados:** Fez-se uso da metodologia Bola de Neve, em que perguntas semi-estruturadas foram enviadas, via aplicativo de celular, para duas graduandas, sendo elas disparadoras da pesquisa. A partir dos áudios-respostas, foram realizadas as transcrições e a análise de conteúdo. Foram obtidos, no total, seis áudios-respostas, tendo pelo menos uma representação de cada uma das cinco Instituições de Ensino Superior do município. **Principais resultados:** Dentre os resultados destacamos a consistência em representações hegemônicas da profissão através das falas das acadêmicas. Situação que pode ser observada, tanto na dificuldade na caracterização da atuação campo da saúde, remetendo-se a atuação clínica como base, quanto na percepção do que se compete ao feminino e ao masculino, sendo o social vinculado à características de cuidado, visto como campo potencialmente feminino, e imagem da atuação clínica como um campo de potencialidades "masculinas".

Palavras-chave: Gênero; Psicologia; Saúde Pública; Formação do psicólogo



TRABALHOS APRESENTADOS

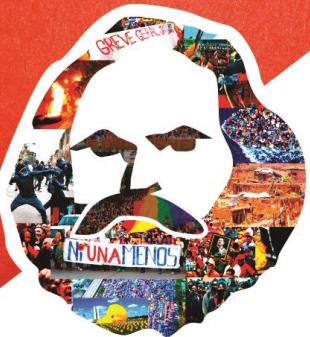
Eixo: Direitos Humanos e Movimentos Sociais

Direitos Humanos e capitalismo: uma relação possível?

Amanda Viana de Amorim Teixeira (amanda.sso.vi82@gmail.com)

A presente trabalho faz uma análise da gênese e desenvolvimento do direito na sociedade regida pelo capital, enquanto complexo social particular que possui como função a regulamentação jurídica das atividades sociais num determinando nível de complexificação da sociabilidade humana. Nesse sentido, demonstramos como se deu o surgimento do complexo do direito, a partir da perspectiva ontológico-materialista, que pressupõe entender o processo real tomando por base o ato fundante do ser social, o trabalho. Veremos que esse caminho nos possibilita compreender que a sociedade é resultado da história e que é imprescindível desvelar os seus fundamentos para uma compreensão crítica originária do pensamento marxiano. Tal concepção nos fornece elementos que subsidiam um entendimento radical e revolucionário de mundo. Observamos como historicamente o direito passa a se apresentar enquanto mecanismo de defesa da vida humana mediante demandas trazidas pela própria sociedade em seu desenvolvimento histórico, econômico, político e social. No interior desse processo, observamos também como a Revolução Francesa delimitou historicamente a luta pelos chamados direitos humanos e como se constituiu enquanto marco inicial para os mais diversos mecanismos de defesa e proteção à vida de que temos conhecimento na contemporaneidade. Analisamos a relação dos direitos humanos com o surgimento do Estado Moderno comprovando sua inerente natureza funcional ao modelo econômico estabelecido. Finalmente, expomos a crítica de Marx aos direitos humanos, compreendendo que estes representam os direitos do homem burguês, uma vez que sua afirmação se inscreve no âmbito da emancipação política, evidentemente necessária, mas inteiramente compatível com a sociedade burguesa. Verificamos que as condições materiais de vida na contemporaneidade clamam pela emancipação humana e não somente por reformas políticas. Assim, passamos a demonstrar as possibilidades de superação radical da ordem vigente, das quais as dimensões jurídica e política são partes integrantes.

Palavras-chave: Ontologia; Direitos Humanos; Capitalismo.



TRABALHOS APRESENTADOS

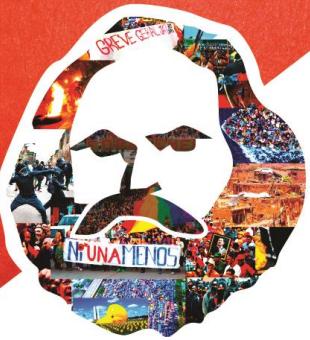
Eixo: Direitos Humanos e Movimentos Sociais

Marx e a opressão da mulher: reflexões em sobre o suicídio

Francisco Brenno Soares Cavalcante (brennosoarescavalcante@yahoo.com.br)

Em Sobre o suicídio, engajado nas questões da época, o jovem Marx amparado pelos estudos do arquivista policial francês Peuchet desenvolve reflexões filosóficas sobre o fenômeno suicídio. Ainda que essa obra esteja dentro de um contexto onde marca uma preponderante abordagem filosófica do autor, Sobre o suicídio tem a peculiaridade de discorrer explicitamente sobre a questão da opressão à mulher. Conforme Löwy (2006, p. 18) essa obra é “(...) uma das mais poderosas peças de acusação à opressão contra as mulheres já publicadas” (grifos do autor). Isso porque Marx através do fenômeno suicídio abordou a opressão da mulher mesmo diante da superioridade numérica de tentativas de suicídio masculino, constata-se 239 casos masculinos em relação a 132, de mulheres (MARX, 2006). Assim, comprova a preocupação do autor nos casos do suicídio feminino tanto quantitativamente ao estudar um número maior de vítimas mulheres quanto qualitativamente ao dedicar um denso esforço na descrição e no estudo dos casos. O jovem Marx no ensaio canaliza toda a sua rebeldia em apontar criticamente questionamentos a uma das expressões do patriarcado nos valores conservadores da época que atingem as mulheres, expresso na obra pelos termos tirania e poder despótico no âmbito familiar (MARX, 2006, p. 28-29) ou como Löwy (2006, p. 18) sintetizou em sua interpretação por tirania familiar. Por se tratar de uma obra esquecida e pouco explorada entre aquelas/es que seguem Marx, este trabalho prova que Sobre o suicídio demonstra ser uma obra necessária nos estudos de gênero ao tratar temas como família, casamento e aborto que ultrapassam séculos e permanecem como alvo de reflexões por muitas teóricas feministas. Além da obra de Marx (2006), o trabalho conta com as contribuições de Löwy (2006) e da palestra de Moraes (2012) dedicada à obra, resgatando a importância fulcral da contribuição de Marx acerca da opressão à mulher e disseminando como uma fonte rica a ser explorada. Mesmo rara no universo da literatura marxiana onde se tem um Marx definido como insólito (LÖWY, 2006), a obra não abandona a natureza revolucionária de Marx ao apontar sempre para a superação radical das estruturas burguesas.

Palavras-chave: Mulher. Gênero. Suicídio. Marx. Opressão.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Direitos Humanos e Movimentos Sociais

Movimento estudantil e realidade brasileira: lutas históricas, resistências, continuidades e rupturas

Ramon do Nascimento Rodrigues (ramonanimer@gmail.com)

Alexandra Queiroga Cavalcante Bezerra

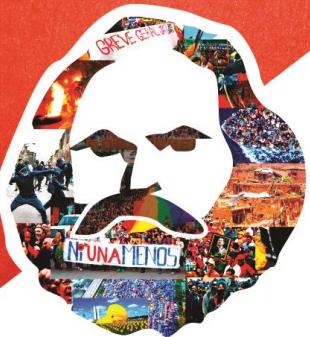
Carmem Maria Vieira de Amorim

Anderson Nayan Soares de Freitas

Solange Pereira Santos

O presente artigo é produto da disciplina de Serviço Social, Classes e Movimentos Sociais do curso de Serviço Social do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Ceará – Campus Iguatu e se propõe a debater o contexto do golpe civil militar de 1964 no Brasil e seus impactos no processo de organização dos movimentos sociais, em particular, do movimento estudantil geral e de Serviço Social. A construção deste constructo teórico se deu através da coleção de resenhas, resumos e de debates realizados em sala de aula. A fim de explicitar a riqueza da contribuição da disciplina para o processo de formação profissional do assistente social, pretendemos socializar com esta produção teórica o que foi discutido na disciplina, tomando como principal suporte teórico, a obra de Maria Lúcia Duriguetto e Carlos Montaño “Estado, classe e movimento social” (2011), donde os autores delineiam de forma bastante didática essas três categorias. Vale destacar, que o debate sobre a conjuntura da ditadura civil militar de 1964 é abordado por Netto (2011) em sua obra “Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil no pós-64”. É a partir dessas duas grandes obras que delineamos nosso debate com relação ao papel do movimento estudantil nos processos mais gerais da luta de classes.

Palavras-chave: Ditadura, movimento estudantil, serviço social.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Direitos Humanos e Movimentos Sociais

Centenário da Revolução Russa: a luta das mulheres socialistas contra o patriarcado

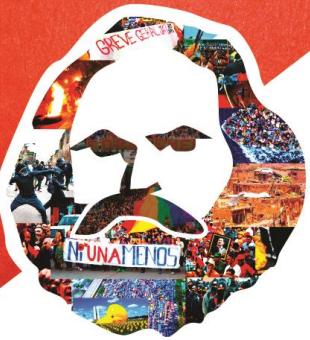
Gladys Pontes Andrade Costa (gladysp.andrade@outlook.com)

O presente trabalho abordará discussões acerca da contribuição que as mulheres russas tiveram na Revolução de outubro 1917. Analisaremos como o levante das feministas socialistas foi decisivo para a construção de um movimento de transformação, com o objetivo de reparar as questões de gênero que historicamente marcaram a inserção das mulheres na sociedade de classes.

Em outubro de 2017, comemoramos o centenário da Revolução Russa, evento que marcou fortemente a história da humanidade, com a primeira experiência socialista no mundo. Em convergência, as formulações feministas socialistas entendem a luta de classe como central para a transformação da sociedade, mas que também é preciso debater como o patriarcado, o racismo e o capitalismo se articulam e determinam a vida da classe trabalhadora. Ainda assim, pouco se discute a participação das mulheres socialistas e o quanto as formulações teóricas feministas foram indispensáveis para os avanços que o socialismo trouxe para as mulheres da classe trabalhadora num período em que o mundo inteiro estava na contramão das questões da mulher. Isso faz com que, ao estudarmos a história em geral, as mulheres estivessem à margem dos processos históricos, refletindo na participação política feminina até os dias atuais.

Portanto, adotamos as formulações sobre o patriarcado, iniciadas na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de Friedrich Engels, evidenciando como a família monogâmica e a propriedade privada são importantes para a estruturação da sociedade atual. Além disso, utilizamos as principais ideias do feminismo francófono, de base materialista, através das autoras Danièle Kergoat, Jules Falquet, Christine Delphy, Helena Hirata, que discutem as relações sociais de sexo, além das autoras brasileiras como Heleith Saffioti e Mirla Cisne. Em termos metodológicos utilizamos a pesquisa bibliográfica de textos relacionados aos nossos objetivos de pesquisa, a fim de elencar as principais pautas das mulheres da classe trabalhadora, bem como os ganhos advindos da luta política dessas mulheres pelo socialismo.

Palavras-chave: Feminismo, Revolução Russa, Mulheres



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Direitos Humanos e Movimentos Sociais

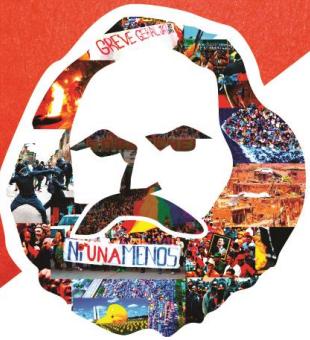
Uma discussão sobre trabalho decente a partir da obra de Marcelo Pogolotti

Paula Lays de Lima e Silva (lays.limap@yahoo.com)

Mateus Cavalcante de França

O presente trabalho se propõe a discutir o conceito de trabalho decente e sua importância tanto para o Direito laboral quanto para promoção de relações produtivas e sociais mais justas. O trabalho decente é um conceito instituído em 1999 pela OIT, sobre promoção de empregos de qualidade, que não degradem a condição humana, exercidos em igualdade, segurança, liberdade, direito humano imprescindível para a implementação de paz e justiça social. Debates de valorização e implementação de formas de trabalho decente têm crescido recentemente, estado na agenda internacional, como solução para vários problemas. Isso justifica a necessidade de, atualmente, com grandes retrocessos nos direitos da classe trabalhadora brasileira, enfatizar a construção de respostas alternativas e efetivas. Por isso, apostar-se em uma abordagem do Direito laboral para além da antiga discussão jurídica do próprio trabalho enquanto Direito Social, disputando a necessidade de desconstrução do modelo exploratório do trabalho humano pelo Capital. A pesquisa é realizada a partir de um levantamento bibliográfico acerca da temática do trabalho decente e sua discussão dentro do respectivo ramo do Direito, bem como de um contato com a obra do pintor cubano Marcelo Pogolotti, que ilustrou a temática em sua obra sob um enfoque marxista, em um contexto nacional pré-revolucionário. Tem-se o objetivo de responder ao problema da efetivação do trabalho decente enquanto forma de afastamento dos indivíduos das condições de indignidade a que as relações exploratórias de produção no capitalismo os expõem. Após, faz-se a sistematização de dados e a articulação entre as categorias teóricas apreendidas para analisar a problemática proposta. Para tanto, são analisadas as estruturas trabalhistas que atualmente configuram a realidade brasileira, em perspectiva dialética. Além disso, põe-se em tela a obra de Pogolotti, que evidenciou as contradições sociais da Cuba pré-revolucionária, não apenas para melhor analisar esses fenômenos, mas também para evidenciar o contraste do trabalho decente em uma perspectiva socialista em relação ao capitalismo vigente. Chega-se então à conclusão de que a abordagem interdisciplinar ilustrativa nos permite uma visão sensível ao debate da exploração do trabalho e que o trabalho decente é vital para promover a dignidade humana e uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chave: Trabalho decente; Direito do Trabalho; Direito e arte; Arte cubana; Marcelo Pogolotti.



MARX HOJE

luta de classes na América Latina

TRABALHOS APRESENTADOS

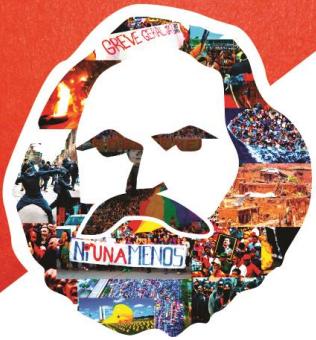
Eixo: Direitos Humanos e Movimentos Sociais

A contribuição das redes sociais na articulação lgbt para a liberdade sexual

Igor Samuel Silva Fernandes (igorsamuel61@gmail.com)

A partir da crescente visibilidade que o movimento LGBT vem conquistando ao longo das primeiras décadas do século XXI, surge o interesse em analisar a forma com que as redes sociais contribuem para a disseminação da pluralidade sexual decorrente da manifestação sociopolítica que luta pelos direitos das Lésbicas; Gays; Bissexuais e Transexuais. Tal aporte só foi possível de ser realizado através da geração atual, que transformou as redes sociais em ferramentas indispensáveis para a luta contra os estigmas relativos à população LGBT e, também, propagar uma das principais finalidades do movimento, a qual pode ser exemplificada como a obtenção da chamada emancipação política relacionada ao sexo, representando ao indivíduo escolher com quem se relacionar sem sofrer qualquer espécie de opressão. Esta independência é definida por Marx como a libertação do domínio proveniente da classe dominante, a qual possui a heteronormatividade como ideologia. Deste modo, este relato de pesquisa pretende analisar a eficiência das redes sociais no que diz respeito à conquista da referida liberdade e explanar o porquê de ela ocorrer num processo longo e limitado, como afirmava o próprio Marx. A metodologia utilizada baseia-se em pesquisas literárias, principalmente baseadas na obra de Cristiane Gonçalves da Silva acerca da diversidade sexual e no texto que discorre sobre emancipação política em Marx, com a finalidade de fundamentação teórica para a realização das análises acerca dos pontos anteriormente citados.

Palavras-chave: Redes Sociais, Diversidade Sexual LGBT, Emancipação Política do Sexo



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Estado e Políticas Sociais

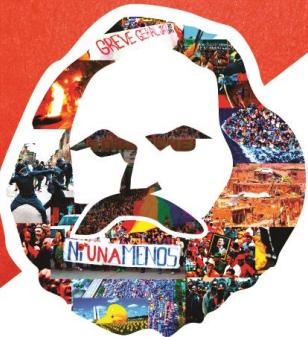
A negação da exploração de crianças e adolescente pela via do trabalho

Vânia Maria Vasconcelos de Castro (vaniamvc@gmail.com)

David Machado de Oliveira

A exploração de crianças e adolescentes pela via do trabalho é um fenômeno pluridimensional. Marca dos tempos atuais – nos mais distantes e distintos territórios do planeta –, tem, no entanto, um lastro histórico ininterrupto, a despeito de, no plano jurídico e político, seu combate vir, cada vez mais, integrando agendas de governos. Este trabalho apresenta o resultado de uma das dimensões abordadas em uma pesquisa já concluída e realizada no município de Canindé, Estado do Ceará. No caso do município em estudo que se configura um centro de romarias voltadas à fé no santo padroeiro – São Francisco das Chagas de Canindé –, foi desvelado o papel histórico da Igreja católica na dinâmica da manutenção dessa forma de exploração de crianças e de adolescentes como também os consórcios de comércio e de fé que se instauraram nas distintas expressões de poderes laicas e religiosas. O estudo explicita as razões, à despeito da existência de um programa social em curso neste município, crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 15 anos, permanecem, à vista de todos, realizando atividades laborais para sustento próprio e de seus familiares, enquanto as estruturas laicas e religiosas sustentam, se utilizam e usufruem dessa forma de exploração. À luz do materialismo histórico, a dimensão a ser abordada neste trabalho tem como objetivo aprofundar a discussão em torno da negação do termo exploração no emprego da mão de obra de crianças e de adolescentes pela via do trabalho e como essa denegação impede qualquer possibilidade de compreensão enquanto classe. Os procedimentos utilizados na pesquisa para a construção dos elementos investigativos foram as análises dos discursos dos agentes públicos e das famílias impactadas pelo mercado da fé através das entrevistas em profundidade, da observação participante e dos registros fotográficos. Por fim, os resultados revelam que, a negação do emprego da palavra exploração seja por parte dos discursos agentes públicos – estes que deveriam assegurar direitos – seja pelas famílias impactadas, desvelam o legado histórico instaurado no município como também expõem o modus operandi de sustentação e de manutenção dessa forma de exploração por segmento populacional.

Palavras-chave: Exploração de crianças e adolescentes. Estado. Igreja



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Estado e Políticas Sociais

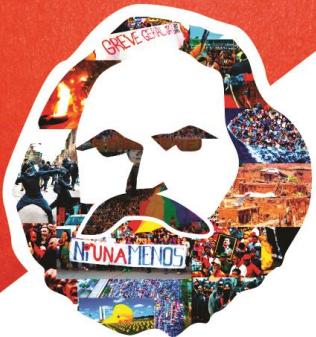
Política social e orçamento público: desafios da assistência social no Brasil

Patrícia Maria de Lima (patriciassocial@hotmail.com)

Carmem Suely de Miranda

Objetiva desenvolver uma análise política sobre o orçamento das políticas sociais brasileiras assumindo como objeto de análise a política de assistência social, integrante dos direitos sociais da Constituição Federal de 1988. Apresenta-se na forma de revisão de literatura circunscrito no eixo temático Estado e Políticas Sociais, utilizando-se a perspectiva da teoria crítica marxista. Metodologicamente o texto foi fundamentado em pesquisa bibliográfica a partir de autores relevantes como PEREIRA (2008), BEHRING; BOSCHETTI (2011), HARVEY (2008), SPOSATI (2009), DEMO (2000), FATORELLI (2012), MARSHALL (1967), entre outros que discutem a temática. O texto está estruturado em três partes: na primeira desenvolve-se uma breve reflexão sobre serviço social e política social; uma vez que o objeto de pesquisa é a política de assistência social, este deve ser o ponto de partida de reflexão proposta. Justifica-se a escolha, inicialmente, por entender que essa discussão é um elemento fundamental na medida em que parte-se do pressuposto que a destinação dos recursos públicos reflete a correlação de forças sociais e políticas demandadas pelo contexto vigente, ou seja, o financiamento é resultado de escolhas, preferências e decisões tomadas pelos agentes no âmbito político. A segunda parte apresenta uma discussão sobre os direitos sociais na realidade brasileira no século XX, necessária para direcionarmos o olhar ao direito à assistência social, positivado na Constituição Federal de 1988. Finaliza a reflexão proposta com breves considerações sobre a política de assistência social brasileira: a questão do orçamento público, partícipe da temática em discussão. Conclui que o sistema de proteção social brasileiro muito há que evoluir, e para isso é preciso um financiamento concreto para oferecer a classe trabalhadora, segurança no sentido mais amplo da palavra segurança e cidadania.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Orçamento público. Política de Assistência Social.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Estado e Políticas Sociais

As inflexões do neoliberalismo na política de saúde: algumas reflexões conceituais

Fernanda Marques de Sousa (fernandamarquesas@gmail.com)

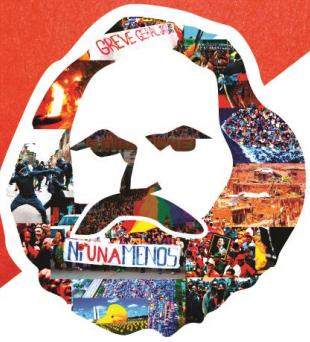
Ana Paula Rocha Sales de Miranda

Alessandra de Oliveira Silva

Ingrid Jennifer Gouveia Fernandes Gandoia

O resumo ora apresentado propõe-se discutir as inflexões do projeto neoliberal, enquanto resposta à crise do sistema capitalista que desponta nos anos 1970, nas políticas sociais com destaque para a política de saúde do Brasil, bem como as possibilidades de intervenção no tocante a viabilização no acesso a saúde pública- entendida enquanto direito social universal nos marcos do sistema capitalista. Buscar-se-á problematizar o contexto de criação da política de saúde, produto da mobilização do Movimento de Reforma Sanitário que almejou a reforma do sistema de saúde, até então com prevalência privatista, em um modelo público de saúde, concebendo a saúde direito de todos e dever do Estado assim como aponta na Constituição Federal de 1988, como também lutava pelo fim da ditadura. Desse modo, concorda-se com Paim (2007) ao atrelar a luta da saúde pública ao movimento de democratização do país. A formação do Sistema Único de Saúde (SUS) foi a materialização da saúde pública que se constituiu com a constituição supracitada, entretanto a década posterior, período de regulamentação do SUS viveu-se no Brasil a adoção do pacote de ajustes neoliberais que exigia dentre outras mudanças a função do Estado frente as demandas sociais. Pretende-se tecer algumas reflexões a respeito das inflexões do projeto neoliberal na política de saúde no Brasil atualizando o debate acerca dos últimos retrocessos e movimentos de resistência em prol da manutenção do SUS. Como percurso metodológico adotado para consumação do material foi realizado levantamento bibliográfico referente as principais categorias resultado da pesquisa de mestrado em andamento. Destaca-se que esse material é síntese inicial da produção que culminará com a dissertação no mencionado programa. Afirma-se que são inúmeros as manobras políticas de fortalecimento ao projeto privatista de saúde, desde a criação de Novos modelos de Gestão transferindo as funções do Estado para outras modalidades de administração, corroborando com o processo de desresponsabilização do Estado no tocante ao atendimento das necessidades sociais. Em contraponto, nota-se o ressurgimento da pauta da saúde enquanto bem inalienável, exigindo do Estado o empenho em implementar todas as ações idealizadas no SUS.

Palavras-chave: Política de Saúde. Neoliberalismo. Movimento Sanitário de Saúde. Novos Modelos de Gestão.



TRABALHOS APRESENTADOS

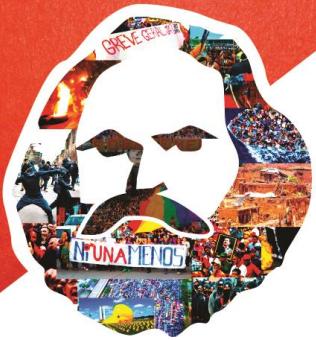
Eixo: Estado e Políticas Sociais

As contradições do contexto escolar como espelho de uma sociedade de classes

Luan Fonseca Araújo (luanfonseca53@gmail.com)

Diante à crise das instituições brasileiras, o seguinte resumo terá como perspectiva a vivência realizada pelo autor, junto com o Projeto de Extensão Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), em escolas do município de Mossoró no Rio Grande do Norte durante o ano de 2017. Nesse sentido, a metodologia participante, a qual será utilizada no trabalho, é um mecanismo importante para que se consiga compreender o objeto estudado. Utilizando-se desse mecanismo, compreendi que as contradições sociais adentraram os espaços escolares de uma forma abrupta, levando um ambiente que deveria ser de construção e de humanização a ser um ambiente de extrema disputa. De um lado, a escola e as regras e do outro, o aluno e suas dependências. As visitas às escolas se referiam à apresentação do paradigma restaurativo, o qual busca uma cultura de paz na sociedade, ansiando uma reparação no conflito que atenda as demandas de todos os envolvidos no conflito: vítima, ofensor e comunidade. Ao dialogar com a equipe docente, percebeu-se que, mesmo com a motivação de mudar a perspectiva punitiva para com os alunos, o sistema consome a maior parte de sua carga horária, impossibilitando uma participação mais amistosa com os alunos. Dessa forma, o grupo percebeu que a conjuntura posta em que uma classe opõe outra recaiu sobre uma instituição de grande responsabilidade social, pois, no contexto analisado, percebe-se que as relações externas, muitas vezes, não são levadas em consideração.

Palavras-chave: Luta de classes; Escolas; Justiça Restaurativa.



TRABALHOS APRESENTADOS

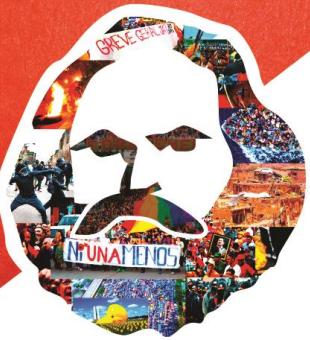
Eixo: Estado e Políticas Sociais

Estado e políticas sociais: uma relação de contradição

Aline Cristina Tavares (alinnetavares23@hotmail.com)

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o Estado e a Política Social a partir de uma análise crítica, identificando assim, as formas de intervenção do Estado no processo de criação e desenvolvimento da Política Social. Dessa forma, abordaremos o contexto histórico em que se desenvolveu a Política Social na sociedade capitalista brasileira, tendo como ponto de partida o processo de desenvolvimento industrial e, consequentemente, a expansão urbana. Veremos que compreender Política Social faz-se necessário considerar sua forma multideterminada, entendendo a sua complexidade e a relação entre as contradições do capital e trabalho. Dessa maneira, o Estado é fundamental para mediar à relação entre a Política social e a sociedade. O chamado “welfare State” também é uma das categorias que abordamos, por sua constante associação com a Política Social. É nesse campo de contradições que a Política Social é marcada por conquistas e concessões, e nessa trajetória, ela inicialmente tinha como objetivo servir de mecanismo de manutenção e controle da força de trabalho, sendo também considerada instrumento de continuísmo. Procuramos estabelecer conexões entre Estado, Políticas Sociais, capitalismo, garantia de direitos utilizando dessa forma, autores renomados como: Behring, Boschetti, Faleiros, Potyara, Iammamoto e Netto e autores complementares. Assim, percebemos que a Política Social possui seu caráter contraditório, mesmo diante de cenários de crise, ela se mostra como um ação que pode interferir tanto para favorecer a classe trabalhadora como para reproduzir a ideologia dominante.

Palavras-chave: Política, Social, Estado e Sociedade.



III Seminário

MARX HOJE

luta de classes na América Latina

TRABALHOS APRESENTADOS

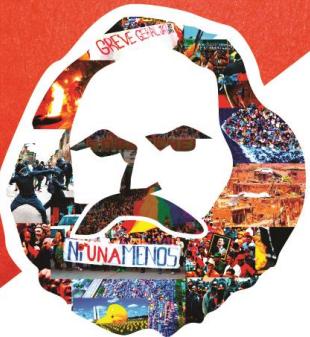
Eixo: Estado e Políticas Sociais

Uma crítica à Justiça Retributiva enquanto ferramenta do capitalismo

Francisco Dimas Vieira Segundo (dimas_segundo@hotmail.com)

A emissão frequente de discursos neofascistas, bem como a descrença da população brasileira acerca da justiça do país, indica a existência de falhas do sistema retributivo (metodologia judicial em vigência). Dessa forma, faz-se necessária a realização de uma análise crítica acerca do sistema jurídico, tendo como base a definição marxista de Direito como elemento da superestrutura capitalista. A instalação da cultura do medo, decorrente da sensação da falta de segurança pública, a difusão de ideais como os da individualização dos sujeitos sociais e a problemática da limitação da igualdade material entre os indivíduos são pontos que se encontram implícitos no cenário judicial brasileiro. Portanto, o seguinte trabalho se propõe a realizar tal análise embasada na crítica marxista ao idealismo e ao Direito Burguês, buscando observar de forma ampla fenômenos sociais e institucionais e de que forma a formação da atividade jurídica tende a voltar suas ações para a classe dominante.

Palavras-chave: Justiça Retributiva; Direito Burguês; Idealismo



TRABALHOS APRESENTADOS

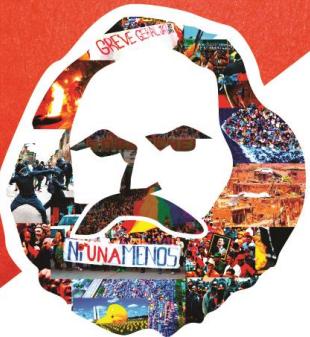
Eixo: Estado e Políticas Sociais

Reestruturação produtiva e os reajustes na educação: acumulação flexível e capital humano

Larissa dos Santos Estevão (laure_estevao@hotmail.com)

Neste trabalho, buscamos compreender a reestruturação produtiva, os novos processos de trabalho, que emergiu com a eclosão da crise estrutural do capitalismo em 1970. A análise é realizada sob a perspectiva teórica do materialismo histórico-dialético, a partir de Lênin (1977), Harvey (2008), Souza (2010), Saviani (2013) e Duarte (2001). Sabemos que o momento atual do capitalismo é o imperialismo, fase superior, sua essência está na divisão do mundo entre os países opressores e oprimidos, sustentada pelo domínio do capital financeiro, na exportação de capitais e na política colonial. As nações imperialistas são obrigadas a partilhar o mundo para obterem lucros, devido ao grau de concentração a que se chegou, e essa partilha é realizada segundo o capital, a força que se tem. Esse desenvolvimento desigual é premissa básica e inevitável do capitalismo. A guerra no imperialismo é uma necessidade, seja para diminuir as contradições interimperialistas, seja para avançar na política colonial. A acumulação flexível é fruto de mais uma das crises cíclicas, inerentes ao capitalismo, na constante busca por crescimento, lucros, novos mercados para exportação de excedentes. Para a classe trabalhadora, intensifica-se o trabalho, a exploração, subcontrata, precariza, terceiriza, desregulamenta seus direitos de trabalho conquistados, transforma qualificação em polivalência. Diante do contexto, identificamos que as bases didático-pedagógicas são fundamentadas na teoria do capital humano e são adaptadas à reestruturação do capitalismo, negam a totalidade, a universalidade e a objetividade, em defesa da subjetividade, da fragmentação do processo de conhecimento, utilizando conceitos como autonomia, descentralização, pluralidade. Para além disso, o imperialismo torna o capitalismo ainda mais perverso, estende a lógica do capital a todas as relações sociais e se utiliza da educação ou de sua ausência para justificar, a partir da teoria do capital, a exploração capitalista e a dominação exercida pelas nações imperialistas sobre os países dominados.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva. Teoria do Capital Humano. Imperialismo.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Estado e Políticas Sociais

Psicólogos no SUAS: considerações críticas sobre processo de trabalho na assistência social

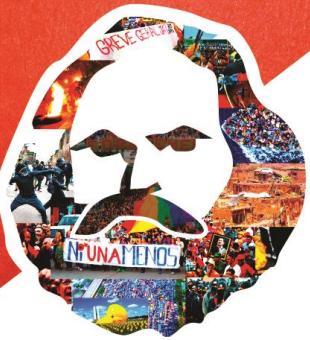
Fabiana Itaci Corrêa de Araujo (fabianaitacipsi@yahoo.com)

Trabalho teórico, objetiva assinalar criticamente a organização e gestão do processo de trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a presença do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social (AS). Tem caráter ensaístico e pretende adensar os esforços analíticos e políticos para a construção da inserção ativa da Psicologia na Assistência Social (campo de múltiplas contradições), e na proposição de uma prática profissional ética-politicamente posicionada.

Consideradas estratégicas para o processo de implantação do SUAS, as discussões sobre o trabalho na AS tem se intensificado, principalmente, a partir da regulamentação da Gestão do Trabalho (NOB RH, 2006). Trata-se de uma grande tarefa, pois a história do trabalho na AS é marcada pela ausência de um aparato técnico-político e desprofissionalização dos agentes operacionais e da gestão, o que dificulta que seus profissionais se reconheçam como trabalhadores assalariados, inscritos na divisão sócio-técnica do trabalho, na sociedade capitalista, tensionado a construção da identidade profissional destes, com implicações para sua organização política. No tangente aos psicólogos, deve-se também lembrar que nossa formação profissional ainda é hegemonicamente orientada para atuação clínica, no modelo liberal do exercício profissional, a despeito da tendência de assalariamento pela ocupação de postos de trabalho nas políticas públicas.

A afirmação da gestão do trabalho como “o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional”(art. 109, NOB-SUAS), ao mesmo tempo em oferece uma possibilidade de impressão de interesses de classe, a partir da indução à organização de seus agentes, não rompe com a divisão entre a concepção e a execução, típica do capitalismo, contemporaneamente, em sua fase monopolista-financeira, com princípios toyotistas de organização do processo de trabalho. Assim, entendemos que o uso de categorias teóricas da tradição marxista, como: subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital; trabalho produtivo e trabalho improdutivo, entre outras, é importante para uma melhor apreensão dos limites e possibilidades da gestão do trabalho no âmbito do SUAS e, consequentemente, da ação de seus trabalhadores no enfrentamento cotidiano dos desafios postos pelo trabalho que tem por objeto as expressões da “questão social”.

Palavras-chave: Gestão do Trabalho na Assistência Social; Processo de trabalho; trabalhadores do SUAS



MARX HOJE

luta de classes na América Latina

TRABALHOS APRESENTADOS

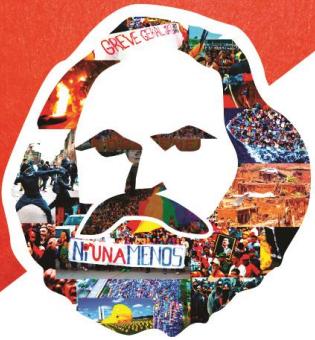
Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

A concepção patriarcal sob uma perspectiva pós-moderna

Josicleide de Oliveira Freire (jcleide.santos@hotmail.com)
Fagner Roberto Ferreira Freire

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente a categoria patriarcalismo mediante as abordagens pós-modernas, que, de maneira fragmentada, discutem a problemática isoladamente, centrando-se em aspectos de ordem natural. Aqui, pretende-se revelar o caráter exploratório que se encontra obscuro na posição da mulher na sociedade, contribuindo para o funcionamento do capital. Entendendo a posição que a mulher ocupa na sociedade capitalista, na perspectiva de desvendar porque determinadas camadas da sociedade, ocupam historicamente uma posição hierarquicamente inferior, desvendando aspectos de sua luta contra a dominação. Nessa direção, nos propomos a analisar as reflexões de Manuel Castells (1999) acerca da crise do patriarcalismo e da luta das mulheres contra sua dominação, tomando como contraponto, as considerações críticas a essa interpretação, pelo ponto de vista de Heleith Saffiotti (1976), enquanto uma das representantes da tendência marxiana, sobre a questão de gênero e seu debate sobre o patriarcalismo. Levando se em consideração que uma das características pós-modernas é a centralidade no indivíduo e em suas potencialidades. O problema da opressão da mulher é deslocado do capital e de suas contradições, com isso, perde-se o historicismo presente nas discussões de Hegel e Marx; assim, a história perde referência e o centro da discussão passa a ser os aspectos biológicos, fenômenicos de cor e de raça para justificar essa violação de direitos.

Palavras-chaves: patriarcalismo; pós-modernidade; marxismo.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

Marxismo e teoria da linguagem: PEC 287/16 como artifício de poder estatal

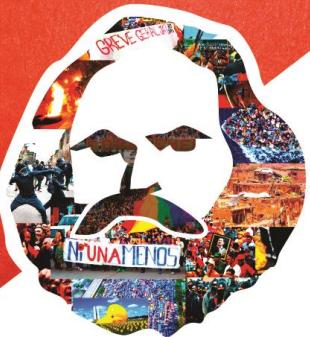
Emannuelly Cabral de Figueiredo (emannuellycfg@gmail.com)

Otávio Evangelista Cruz

Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

O artigo visa relacionar as teorias dos autores marxistas Mikhail Bakhtin e Louis Althusser acerca da ideologia e da linguagem, com a linguagem jurídica e suas consequências na sociedade, a exemplo da PEC 287/2016, que propõe mudanças no sistema de segurança social. Para tanto, serão utilizadas as obras Marxismo e Filosofia da Linguagem (Bakhtin) e Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser), de modo a expor os interesses ideológicos e de dominação presentes na produção legislativa. Tratando-se de trabalho teórico, impõe-se o levantamento bibliográfico aliado com o método indutivo, com o objetivo de demonstrar hipóteses plausíveis acerca do problema abordado. Abriga-se o presente artigo na Teoria da Linguagem Bakhtiniana que trata o sistema linguístico como fenômeno sócio-ideológico, e recorre a Althusser para demonstrar os contornos do aparelho repressivo do Estado quando da manutenção da exploração do proletariado pelas classes dominantes. Diante do tempestivo cenário político atual, é preciso analisar os atos governamentais por um viés marxista e capaz de desconstruir o intocável e antiquado direito. Em um primeiro momento, explorar-se-á a veia marxista presente na abordagem dos autores em questão, reconhecendo que a utilização da língua constitui uma intrusão ideológica na organização social, tanto na dinâmica da infra-estrutura quanto na da superestrutura. Na mesma linha, procura-se revelar os mecanismos pelos quais é possível a manutenção das relações de poder, notadamente os aparelhos repressores e os aparelhos ideológicos. Posteriormente, buscar-se-á a aplicação das teses expostas no campo jurídico, tendo em vista o direito como discurso prescritivo, produzido pelo Estado e organizador da violência, que isola e conserva os apanágios capitalistas. Nesse sentido, a produção legislativa foge da imparcialidade pregada, de modo a ser impossível desvincilar o conteúdo codificado e as ideologias que as determinaram, e, além disso, a inevitável desconexão entre o discurso e o objeto. Por fim, examinar-se-á o conteúdo textual da PEC 287/16, demonstrando a conexão do caso concreto com a construção teórica apresentada, destacando-a como discurso reacionário e opressor.

Palavras-chaves: Ideologia; Teoria da Linguagem; Teoria Geral do Direito.



TRABALHOS APRESENTADOS

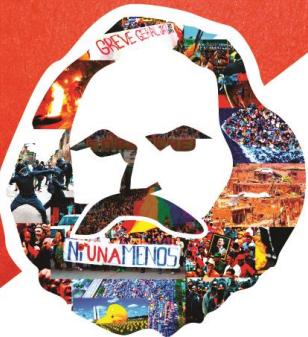
Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

Degradação e exploração do capital sobre a força de trabalho em Marx

Tatiana Lyra Lima Félix (tatianalyra@yahoo.com.br)

O estudo a ser apresentado discorre, através de uma análise marxiana, a reafirmação da contínua degradação e exploração do capital sobre a força de trabalho na contemporaneidade. Para isso, delineia uma breve análise da trajetória histórica das sociedades de classes, tendo como foco o capitalismo, desvelando a sua lei geral de acumulação, cuja essência propaga uma contradição inegável: o desenvolvimento das forças produtivas autossuficiente num patamar elevado dos níveis de exploração, degradação e precarização da força de trabalho, reproduzindo e intensificando desigualdades e desumanizações. Analisa o mundo do trabalho no âmbito da natureza burguesa, bem como, as transformações de reestruturação produtiva diante das constantes crises provocadas pelo desenvolvimento econômico. Para a elaboração desse estudo, foi preciso a realização de uma pesquisa bibliográfica, com as principais contribuições de autores como Karl Marx, George Lukacs, Friedrick Engels, Istevan Mészáros, Ricardo Antunes, dentre outros, onde situam os processos provenientes da revolução industrial e dos novos modelos de gerenciamento necessários para organizar a expansão da lucratividade do capital na sua fase monopólica. Esclarece o padrão de exploração da força de trabalho pelos capitalistas, entre os proletários no período da maquinaria à grande indústria. Defende que, tais processos de exploração, fazem parte da essência da lei geral da acumulação burguesa, que gera uma degradação no mundo dos trabalhadores, como reflexo da necessidade inegociável da acumulação de capital. Em linhas de conclusão, afirma que para se romper com os processos de exploração e degradação burguesa sobre a força de trabalho, torna-se essencial uma organização da classe proletária tendo em vista a luta pela emancipação humana diante do projeto socialista revolucionário de Marx.

Palavras-chave: Capitalismo. Acumulação. Reestruturação. Exploração. Força de Trabalho.



TRABALHOS APRESENTADOS

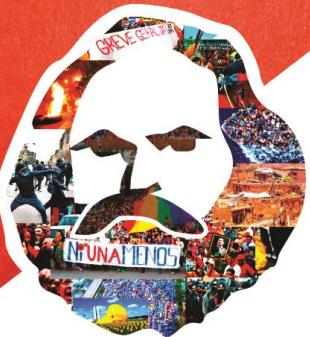
Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

O mundo do trabalho: uma análise a partir dos corpos das mulheres

Jacykelly Renata França de Oliveira (j.renataoli@gmail.com)

Questões relativas ao corpo e estudos sobre este, embora presentes no mundo acadêmico, ainda carecem de aprofundamento pelo método ontológico dialético, por se tratar de temática de extrema relevância, para se pensar as dimensões mais estruturais da sociabilidade do capital. À corrente materialista histórica dialética é atribuída uma provável limitação nos estudos sobre o corpo, no entanto, as discussões sobre o corpo e as questões da corporeidade, estão organicamente ligadas a reprodução dessa ordem societária. No presente artigo, não se pretende apresentar os balizamentos imputados a esta teoria, objetiva refletir as novas configurações do mundo do trabalho sobre os corpos das mulheres, problematizando como a disciplina dos corpos a partir dos gêneros e o apoderamento do corpo feminino se constituíram como principais objetivos a serem alcançados pelo capitalismo. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, acerca das temáticas: corpo feminino, trabalho e capitalismo, a fim de que fosse possível uma interseção entre elas num esforço de relacionar a discussão ao debate marxista. Como categorias foram selecionadas para essa discussão: a ‘compreensão psicocorporal’, em Alves (2005), a ‘divisão sexual do trabalho’, por Cisne (2015), e o debate em torno do ‘corpo capital’, Goldemberg (2011). As discussões aqui levantadas são modestas aproximações dos estudos sobre o corpo aos referenciais marxianos, tendo como recorte histórico a “transição” do feudalismo para o capitalismo, onde Federici (2017), na Obra Calibã e a Bruxa, nos chama a atenção no processo de acumulação primitiva do ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho. Concluímos com uma breve análise, a partir das transformações do mundo do trabalho e de que forma reflete nos corpos das mulheres. Com isso, a criação de uma via de diálogo das questões da corporeidade aos estudos que se apóiam no materialismo histórico dialético.

Palavras-chave: Corpos das mulheres. Mundo do trabalho. Capitalismo.



TRABALHOS APRESENTADOS

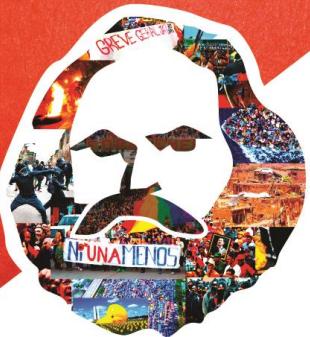
Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

Transdiversidade, Proteção Social Especial e os CREAS em Natal/RN

Daniel da Silva Bento (danielsbento@hotmail.com)

Este trabalho reflete relato de pesquisa realizada para Trabalho de Conclusão de Curso no âmbito do Departamento de Serviço Social da UFRN no ano de 2016. A pesquisa incidiu sobre as demandas sociais da população trans que chegam aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) em Natal/RN, e as respostas apresentadas a partir da ação do Serviço Social. Para explorarmos o objeto refletimos sobre as relações sociais de gênero; transdiversidade, organização política, demandas sociais, e sua relação com o Estado. Optamos por uma abordagem de totalidade na análise da vida social, portanto, analisa-se o objeto à luz da perspectiva da totalidade a qual está em constante processo de totalização, ou seja, as partes não são explicadas e encerradas em si, mas em relação, considerando suas dimensões múltiplas, às outras partes (GUERRA, 2009). Assim levamos em consideração os princípios da historicidade, da contradição e particularidades das relações sociais para compreender o objeto em sua dinâmica. O lócus de pesquisa foram três Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), localizados nas regiões: zona Oeste e Sul de Natal; e CREAS Pop (População em situação de Rua), zona Leste. Por instituição, foram entrevistados dois profissionais, um total de seis. Aplicamos um questionário semiestruturado em três blocos com a seguinte caracterização: a) identificação profissional; b) perfil das (os) usuárias (os); e c) questões relacionadas à pesquisa. Os resultados apontaram uma subnotificação dos registros das demandas da população trans nos CREAS, isso contribui para uma permanente invisibilização desse segmento usuário nas políticas públicas, especialmente no âmbito dos serviços do CREAS no escopo da Assistência Social em Natal/RN, e uma fragilização na garantia de direitos desses/as usuários/as. Não obstante, verificou-se também um despreparo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo dos profissionais de Serviço Social que realizaram atendimento e ou acompanhou a população em tela, o que contribui para uma individualização das demandas sociais balizadas por uma ação profissional precedida pela razão instrumental.

Palavras-chaves: População Trans. Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Serviço Social.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

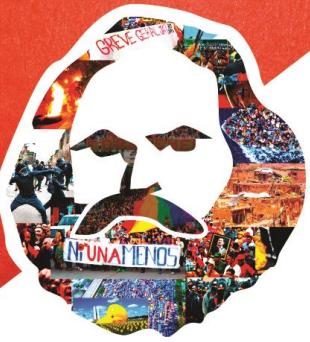
Tradição marxista, Estado e conselhos de fiscalização profissional do Serviço Social

Nísia Luiza de Andrade Oliveira (nisiaandrade@hotmail.com)

Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre como o Estado precisa normatizar as profissões liberais por meio das autarquias que estruturam os Conselhos de Fiscalização Profissional. Assim, objetiva debater a relação entre o Estado Moderno na tradição marxista e as ações implementadas pelo Conselho de Fiscalização Profissional do Serviço Social. A importância deste trabalho justifica-se pela ação fundamental do Estado na garantia de que o exercício ofertado à sociedade seja qualificado, logo, os órgãos de fiscalização regulamentam, orientam e resguardam os profissionais a fim de atender o que lhes é atribuído legalmente. Ademais, os conselhos também promovem espaços para discutir a profissão que, no caso do Serviço Social, estão interligados com o Estado sobretudo numa perspectiva crítica. Para os procedimentos de análise do objeto de estudo foi feita uma breve discussão sobre o Estado no marxismo, apontando os principais elementos que o circundam: disputa política, antagonismo de classes, manutenção dos interesses da burguesia e superação da ordem vigente. Inicialmente pelas reflexões de Marx e Engels, para depois apresentar as considerações de Gramsci. Também realizou-se interlocuções com os autores (COSTA e VALENTE, 2008), em que é elucidado a respeito da instituição dos Conselhos de Fiscalização Profissional no Brasil na década de 1950. Para a discussão do Serviço Social e o seu conselho, foram utilizados os autores ABRAMIDES, 2016; NETTO, 2011). Fez-se uma retomada histórica da profissão a partir da década de 1960, posteriormente são apresentados os determinantes para processo de Renovação que levaram à profissão para a perspectiva marxista e marxiana e repercussões desses acontecimentos para a concretização do Projeto Ético-Político fundamentado na teoria crítica.

Por fim, são feitas considerações da relação do marxismo com o que é colocado como direção para atuação dessa categoria profissional, por intermédio do seu Conselho. Portanto, são consideradas três ações executadas pelo Conselho Federal de Serviço Social, são elas: elaboração da Política Nacional de Fiscalização, que reivindica uma abordagem pedagógica; formulação anual do documento “Bandeiras de Lutas”, que direcionam os eixos de organização política; e o curso Ética em Movimento, o qual é um instrumento de formação continuada para discutir ética na atuação.

Palavras-chave: Estado. Conselho. Fiscalização. Serviço Social.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

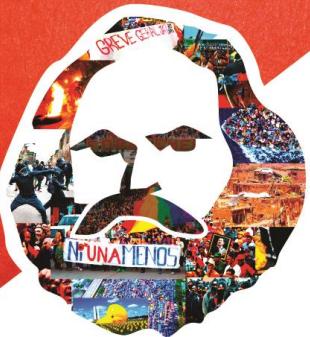
Mulheres empreendedoras: empoderamento feminino ou manutenção de grilhões ideológicos?

Brennda Martinelli Pinho Silva (brenndamartinelli@live.com)

Tiago Deividy Bento Serafim

As diversas transformações sociais desde o século XX possibilitaram a determinação de um novo modelo econômico, o neoliberalismo. Durante esse mesmo período, as lutas feministas garantiram às mulheres ocupar cada vez mais espaços na esfera do âmbito público. Aliado a essas questões, o discurso do empreendedorismo, apresentado enquanto uma solução para o fenômeno da não absorção da mão-de-obra causado pelo processo de reestruturação produtiva e pela flexibilização do trabalho, vem configurando a participação da mulher na dimensão do trabalho. A presente produção busca questionar a lógica do empreendedorismo feminino tida como uma via de empoderamento econômico da mulher no século XXI. Para tanto, desenvolve-se a partir de uma revisão bibliográfica. Ancorando-se na Psicologia Social Crítica, entende-se que o movimento crítico produz em diversos níveis o rompimento de circunstâncias que mantém relações de dominação. Nesse sentido, este trabalho vale-se das produções de teóricos como Guareschi (2013) e Montero (2011) que defendem a crítica enquanto uma forma de libertação de grilhões ideológicos. Acerca do empreendedorismo, Dardot e Laval (2016) apontam que este tem definido não somente a participação dos sujeitos na economia, mas também se apresenta como um código de conduta que molda o comportamento dos indivíduos nas novas configurações do mundo do trabalho. Pautado no individualismo pregado pelo capitalismo, o empreendedorismo funciona como um aparato ideológico de culpabilização dos indivíduos pelo seu sucesso ou fracasso econômico, mascarando os processos macrossociais envolvidos. Natividade (2009) afirma que uma grande parcela das mulheres tem buscado diversificar a sua atuação profissional, destacando as ações empreendedoras como uma das formas de manutenção da renda familiar. Nesse contexto, surgem os desafios de uma atividade profissional que por vezes não é formalizada e que não obtém a orientação necessária para o seu desenvolvimento. Considerando essas questões, têm-se ainda os papéis desempenhados pela mulher na sociedade que, apesar de ter sofrido transformações, ainda carregam o peso da dicotomia do público-privado que subjuga a mulher a desenvolver ambas as funções. Assim, as ações empreendedoras acabam contribuindo para o acúmulo de tarefas da dupla jornada feminina e sendo origem de estresse e culpa, invés de fonte de identificação e empoderamento econômico.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Gênero; Empoderamento.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

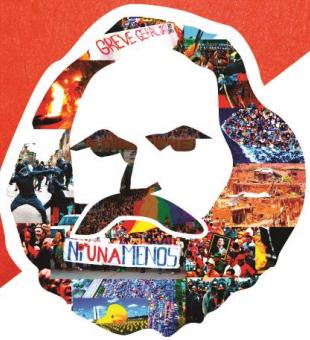
Saúde do trabalhador e docência: estudo com professoras do AEE no MS.

Patrícia Ferreira Marassi (patriciamarassi@hotmail.com)

Ilídio Roda Neves

O trabalho docente vem sofrendo com a influência das reestruturações do sistema produtivo e com as novas exigências de gestão na educação. Fundamentados em autores marxistas e nos processos, ontológico e histórico da sociedade nos contextos de ação humana laborativa, buscamos a apreensão do delineamento no mundo laboral a partir da categoria trabalho e como atua na vida destes profissionais. No âmbito educacional, as relações de precarização e flexibilização resultantes do sistema capitalista influenciam o cotidiano laboral no processo de saúde e adoecimento, e a partir dessas reorganizações e o que elas têm causado a esta classe, foi percebido então a necessidade de uma reflexão teórica e crítica nesse sentido. Foi realizado um estudo com professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE) através de observações, entrevistas e a aplicação do Inventário de Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA), objetivando analisar a relação entre o contexto de trabalho e saúde, a partir de relatos de professores concursados e contratados da rede Municipal de Educação de Ladário-MS, como também analisar as condições, a organização e as relações sociais no trabalho e ampliar a compreensão da realidade do trabalho docente e as possibilidades de transformação nesse contexto escolar. A análise foi pautada no materialismo histórico-dialético e na estruturação dos núcleos de significação, para compreensão das múltiplas amarrações presentes na dinâmica constitutiva e destrutiva de reprodução do capitalismo contemporâneo, considerando a dialética do movimento dinamizado pelo trabalho e do processo de adoecimento dos docentes. Concluímos que o adoecimento docente tem natureza social, econômica, política e cultural vinculada ao modelo toyotista, no qual os elementos que se destacaram na nossa pesquisa vão de encontro com esse modo de gestão e organização do trabalho, como: a intensificação do ritmo de trabalho devido ao número reduzido de profissionais, cobrança e o controle na execução das tarefas, a precarização nas condições de trabalho, a flexibilização dos vínculos contratuais, e principalmente a mão-de-obra multifuncional. No caso das professoras do AEE, diante de um cenário tão desfavorável, a relevância desta pesquisa pode motivar o compromisso social dos atores envolvidos, para o questionamento e enfrentamento sobre as reais condições do trabalho docente.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador; Trabalho docente; Condições de trabalho; Precarização; Flexibilização.



TRABALHOS APRESENTADOS

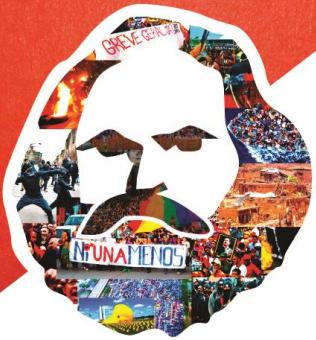
Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

“Eu” versus “outrxs”: a negação de pessoas LGBTs negras no espaço universitário

Jalyson da Costa Rocha (rocha.jalyson@gmail.com)

O conceito marxista de classe proletária agrupa pessoas que não detêm os meios de produção no sistema capitalista, apenas a força de trabalho, e que, por isso, só podem vendê-la à classe burguesa – detentora do capital. Assim como a posse de meios físicos é restrita, é possível apontar que o capital intelectual também o é: poucas pessoas, com características bem definidas, por exemplo, são capacitadas para ingressar no sistema universitário brasileiro. Não obstante, são detentoras de privilégios classistas, mas também raciais, sexuais e de gênero. A partir do conceito de “o outro sexo” de Simone de Beauvoir e da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas para Ensino Superior), urge a necessidade de apontar que é o “eu” e quem é o “outro” e a “outra” no espaço universitário a partir do recorte de classe, raça, identidade de gênero e orientação sexual. Essa pesquisa se propõe a discutir a construção do processo de negação da universidade para pessoas, conscientes ou não de suas consciências (negras, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis etc.) fora do padrão burguês caucasiano heterossexual. No presente trabalho, entrevistar-se-á na Universidade Federal Rural do Semi-Árido, em Mossoró/RN, e no Campus Prefeito Walter de Sá Leitão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, em Assu/RN, pessoas que se identificam como LGBTs negras, as quais não necessariamente devem construir entidades estudantis. Devido a natureza empírica, opta-se pela entrevista semiestruturada. Parte-se, também, dos conceitos marxistas de classe em si e classe para si para esgrimir, a as construções dos movimentos LGBT e negro contra essa histórica e dialética negação.

Palavras-chave: universidade; negação; pessoas LGBTs negras; “eu” e “outrxs”.



MARX HOJE

luta de classes na América Latina

TRABALHOS APRESENTADOS

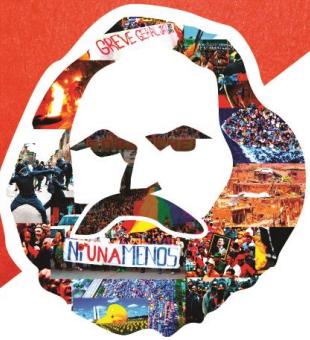
Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

Para um entendimento realista d'o engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha

Álvaro Martins Siqueira (alvaromsiqueira@gmail.com)

O objetivo do trabalho é examinar alguns elementos do primeiro livro d'O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha a partir de um ponto de vista realista e marxista para investigar que problemas contemporâneos podem, de fato, ser apreciados através da obra clássica de Miguel de Cervantes. Na primeira parte, com o intuito de afastar aquelas interpretações em possa haver a romantização acentuada das personagens ou a transposição imediata de questões distantes da obra, será feito um breve exame da bibliografia pertinente. Na segunda, para estabelecer o ponto de partida realista da presente análise, espera-se mostrar que o retrato social feito na obra cervantina contém elementos suficientes para determinar uma concepção relacional entre indivíduo e sociedade – mesmo que a personagem principal Dom Quixote não se conforme com esse caráter relacional. Na terceira e última parte, para defender a importância de uma interpretação realista, espera-se analisar pontualmente alguns episódios da “loucura” de Dom Quixote como momentos em que cavaleiro produz reflexos equivocados de objetividades e que, por se pautar reflexos equivocados, a prática quixotesca incorre em diversos fracassos nos âmbitos imediato e social. Assim será possível defender uma interpretação realista da obra, voltada para problemas contemporâneos específicos, evitando imputar nela ou em Cervantes algum objetivo que não o declarado combate às então populares novelas de cavalaria andante.

Palavras-chave: Dom Quixote; realismo-crítico; marxismo



TRABALHOS APRESENTADOS

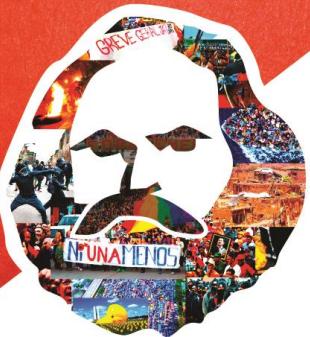
Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

Põe trabalhabilidade na massa do precariado que o capitalismo decadente ainda quer se cimentar!

Jose Eider Madeiros (eidermadeiros@gmail.com)

Este ensaio tem como propósito refletir sobre a (re)sofisticação do discurso educativo neoliberal a partir da análise morfossemântica do neologismo “trabalhabilidade” em sua relação simbólica com a crise político-econômica brasileira. Face aos desdobramentos da atual conjuntura do país que afetam diretamente as relações entre educação e trabalho – a exemplo da PEC do Teto e das reformas trabalhista e do ensino médio –, tem se promovido recentemente, por parte de algumas instituições privadas de ensino superior, na esteira dos movimentos de conformação com os horizontes de precarização, alguns esforços publicitários de assimilação da “trabalhabilidade” como argumento urgente aos profissionais que se pretendam atentos às demandas do mercado. Partindo do princípio de que este termo acarreta a busca de novas significações entre os indivíduos e o mercado de trabalho, responsabilizando os primeiros por sua inserção produtiva em um cenário de competitividade sempre e mais acirrada, busco situar essas publicidades, em seus vínculos textuais de indução social de sentido, na herança terminológica do, já dado por obsoleto, conceito de “empregabilidade” e no uso perverso do discurso como nova “bala mágica” comunicacional da retórica capitalista tardia. Para tanto, é elaborada uma análise de discurso imagético-discursiva apoiada em Foucault (2004) e Santaella e Nöth (1998), amparada em seus subterfúgios temáticos por Alves (2000, 2011), Gentili (2005), Saviani (2007) e Sguissardi (2008), e referenciada em outras passagens, por provocações teóricas indiretas que auxiliem no estilo ensaístico pelo qual o próprio texto se propõe expressar. Compreende-se, nos limites impostos à análise, a permanência, por vezes irônica, por vezes ambivalente, das radicais contradições da ordem burguesa no âmbito do discurso – seja em seu plano sistemático e ideológico-cultural, seja no plano de formação inter/intrasubjetiva – e da incorporação de ideias aos estratos médios da população que reconhecem e debatem paradigmas no âmbito educativo, mas negam-no no momento em estas repercutem iniciativas revolucionárias.

Palavras-chave: Análise de discurso. Economia do trabalho. Mercantilização da educação.



TRABALHOS APRESENTADOS

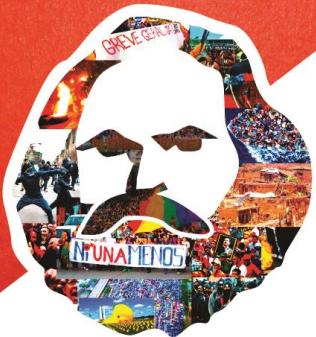
Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

A disseminação ideológica da guerra às drogas na “globalização”

Douglas Diógenes Holanda de Souza (douglasdiogenes144@gmail.com)

Aqui se pretende analisar a disseminação da ideologia que legitima a guerra às drogas no capitalismo “globalizado”. De acordo com a teoria marxista, discorrerei sobre a legitimação da guerra às drogas a partir dos elementos da superestrutura. A partir desse pressuposto, busco identificar as contradições e a correlação de forças que permeiam esse modelo, além de buscar os tratados e convenções que colocaram em pauta legislações e outros meios, que legitimam no mundo globalizado a posição de guerra contra determinadas drogas. Os objetivos desse trabalho são: a crítica aos elementos da superestrutura que legitimam a posição de guerra às drogas na globalização, e identificação das contradições e possibilidades de superação desse processo. O presente trabalho ampara-se no método materialismo histórico dialético e terá como base a utilização de material bibliográfico físico e eletrônico, como livros, artigos científicos e periódicos e, ainda, legislações e tratados que versam sobre a guerra às drogas. Após a “terceira revolução industrial”, chamada Revolução da Informação, a globalização capitalista firmou-se. Com isso, o debate sobre o proibicionismo, bem como a ideologia da guerra às drogas vem tona. A disseminação dessa ideia se verifica claramente na década de 1980, com fala ícone do ex-presidente norte-americano, Richard Nixon, onde dizia que o principal inimigo da América é o abuso de drogas, defendendo, assim, que a saída dessa problemática seria guerrear contra elas. Ademais, um dos marcos legais dessa discussão é a Convenção Única sobre Entorpecentes, aprovada em 1961, emendada pelo Protocolo de 1970. Já se havia aí um caráter proibitivo sobre o comércio e consumo de algumas drogas, marcada pela implantação de um sistema internacional de controle, colocando que os países membros deveriam incorporar bases legais nacionais que contemplassem os acordos da convenção. Contudo, a legislação chave desta pesquisa é a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988. Agora, é possível visualizar a repressão firme contra os entorpecentes, estabelecendo a problemática do tráfico internacional de drogas como de responsabilidade global, fundamentada sobre vários princípios, entre eles o da responsabilidade compartilhada, que se orientará em sentido de neutralizar o tráfico.

Palavras-chave: Ideologia; Guerra às drogas; Globalização.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

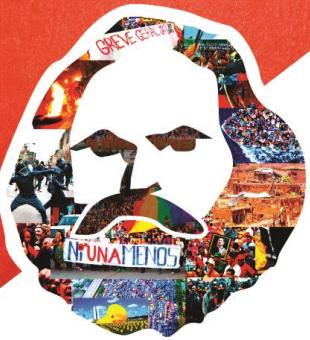
Religião e política em Marx: debatendo a secularização

Renato Almeida de Oliveira (renatofilosofosds@yahoo.com.br)

David Machado de Oliveira

O trabalho visa realizar uma reflexão acerca da relação entre política e religião no pensamento de Karl Marx, a partir de uma leitura imanente de suas obras. Desse modo, pretende-se fazer uma atualização do pensamento do referido filósofo inserindo-o no debate contemporâneo sobre a secularização, especialmente no que diz respeito à influência da religião na esfera pública. Podemos observar contemporaneamente que a secularização desencadeada na modernidade não suprimiu a religião de modo completo, como muitos teóricos pensavam. Quando o processo de secularização começou a se consolidar, a religião foi moldando-se a esse processo. Na medida em que ia perdendo espaço na esfera pública, ela procurou ocupar os meandros da vida privada dos indivíduos. Nesse sentido, não ocorreu propriamente um perecimento da religião, pois, de uma maneira conjuntural, ela sempre esteve presente na vida humana. Contudo, essa presença perdeu seu aparato institucional. A presença da religião no mundo secularizado se fez sentir numa multiplicidade de formas religiosas particularizadas. Houve, assim, uma metamorfose da religião, ou seja, a secularização, em última análise, fomentou uma reorganização do fenômeno religioso, resultando numa difusão, numa expansão, da religião. É nesse sentido que falamos de um retorno do religioso hoje, ou seja, a religião (e/ou a religiosidade) passa a ocupar um espaço importante na vida particular dos indivíduos, moldando suas visões de mundo e seus comportamentos. Nossa estudo sobre a política e a religião em Marx, por conseguinte, se ancora em uma perspectiva diversa das leituras tradicionais, que se atém apenas no elemento da crítica da religião, sem procurar inserir a análise de Marx dentro de um quadro teórico mais amplo, qual seja, no exame crítico que a modernidade faz da religião na tentativa de sua superação e do processo de emancipação política que se desencadeou no mundo ocidental. E, além disso, procuramos entender a religião como um elemento persistente na sociedade moderna, a ponto de se reinventar e se reavivar no seio dessa sociedade e influenciar decisivamente nas decisões políticas.

Palavras-chave: Religião. Política. Secularização. Karl Marx.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

O capitalismo de plataforma enquanto ferramenta de expansão do trabalho precarizado

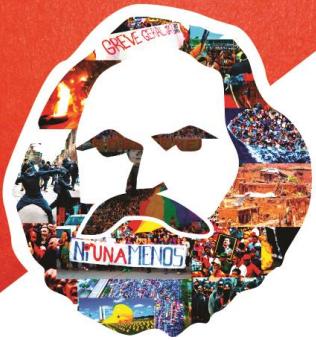
Felipe Bezerra de Andrade (fibean_9@hotmail.com)

Nara Fernandes Lúcio

Ivo Junior Celestino Ferreira

A reestruturação produtiva do Capital como resposta à crise estrutural do capitalismo nos anos 70 (e que perdura) trouxe consigo significativas transformações no mundo do trabalho. A queda das taxas de lucro tornou impossível a permanência das conquistas da classe trabalhadora no pós-guerra e a resposta do Capital foi a flexibilização do trabalho, com a expansão do modelo toyotista, e a flexibilização dos direitos conquistados e agora impossíveis de serem mantidos. Dentro destas renovações, este trabalho pretende dedicar atenção especial ao caso do chamado “capitalismo de plataforma” e à maneira como ele tem encontrado espaço na ofensiva neoliberal da qual o Brasil tem sido alvo. O fim do ciclo neodesenvolvimentista alcança limites que demandam uma transição para uma dinâmica social mais próxima das propostas neoliberalistas, aonde os direitos trabalhistas são ainda mais secundarizados em relação aos interesses do grande capital, especialmente o internacional por conta das relações do Brasil com os grandes polos imperialistas. São notórios os avanços do capital sobre os direitos dos trabalhadores quando vemos a aprovação da (contra) reforma trabalhista (lei nº 13.467/17) e a proposta para a previdência (PEC 287/16). Aplicativos como o Uber, que fazem parte do chamado “capitalismo de plataforma” ou “consumo colaborativo”, são a expressão mais acabada e atual das novas necessidades do capital, deixando a maior parte dos gastos e riscos por parte do trabalhador e apenas estipulando um controle de qualidade, feito pelo próprio consumidor, para o produto ou serviço que mediam. Assim, além de funcionarem como controle para uma massa de desempregados que agora é relocada para um trabalho precarizado como forma paliativa de lidar com seus problemas financeiros ainda fortalece o senso de individualismo e competitividade do trabalho contemporâneo. Tal “Uberização do Trabalho”, se revela então não como uma alteração qualitativamente positiva na dinâmica trabalhista como muitos dos seus apologistas defendem, mas sim como uma intensificação das ferramentas de alienação e expropriações típicas de uma sociedade pautada na reprodução do capital.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Capitalismo de Plataforma; Precarização do Trabalho



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

Caracterização do processo de terceirização do trabalho: percurso histórico e implicações

Bianca Milena Dantas (biancamilenadantas@gmail.com)

Carla Luiza Cândido De Carvalho Freire

Júlia Myrian Cardoso Da Silva

Jéssica Lorena de Araújo Silva

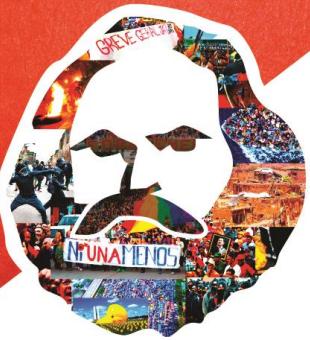
Rafaela Gomes Da Silva

Maria Wilma Da Silva Dantas De Medeiros

Fellipe Coelho-Lima

Uma das marcas da reestruturação produtiva é a terceirização, caracterizada principalmente pela contratação de um determinado serviço no sentido “empresa-empresa”, sendo que uma destas se encontra na situação de contratante, detentora da força de trabalho. Nesse sentido, a terceirização se caracteriza como forma de precarização, causando uma flexibilização das relações de trabalho, que se distancia dos interesses do trabalhador. Ao mesmo tempo, ela demanda a produção de ideologias e arranjos materiais que legitimem essa forma de trabalho, sendo traduzida no cotidiano de vida dos trabalhadores. Partindo dessa consideração, esta pesquisa de cunho qualitativo, teve por finalidade compreender como trabalhadoras e trabalhadores terceirizados vivenciam sua atividade laboral. Optou-se pela população interiorana, atentando o pouco relevo que as ciências do trabalho têm dado a essa parcela dos trabalhadores e trabalhadoras. Como procedimentos metodológicos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com seis contratados de uma mesma instituição empregatícia, localizada no interior do Rio Grande do Norte. Os dados foram interpretados pela análise de conteúdo de Bardin, tendo como principais categorias reveladas: percepção da não diferença de tratamento entre terceirizados e empregados concursados; relações interpessoais harmônicas e satisfação no trabalho; reconhecimento no trabalho; renda insuficiente e necessidade de complementação; significado do trabalho atrelado principalmente à possibilidade de vivenciar novas experiências, à reprodução material e à expressão da dignidade; multifuncionalidade. É importante ressaltar que dos seis entrevistados, cinco afirmaram não sentir diferença de tratamento, em comparação às trabalhadoras e trabalhadores concursados. Os resultados revelaram que, mesmo sob contexto precarizado de trabalho, os trabalhadores valorizavam o atual trabalho terceirizado. Um dos determinantes que podem se relacionar a essa situação é a trajetória de inserção já precária desses indivíduos, bem como a escassez de outros postos de trabalho disponível. Considera-se importante compreender a estrutura do capitalismo para identificar como se organizam as condições do processo de terceirização, além da importância de se levar em consideração as vivências dos terceirizados por serem eles a vivenciarem no dia a dia as agruras da precarização.

Palavras-chave: Terceirização; Precarização; vivências dos terceirizados



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

Comportamento dos jovens universitários frente à crise política atual

Rafaela Gomes Da Silva (rafaela97gomes@gmail.com)

Bianca Milena Dantas

Carla Luiza Cândido De Carvalho Freire

Júlia Myrian Cardoso Da Silva

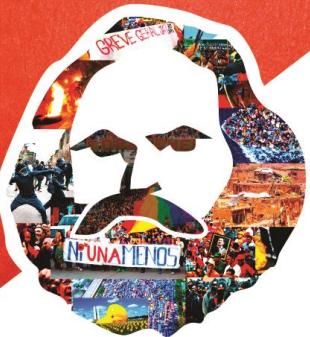
Jéssica Lorena de Araújo Silva

Maria Wilma Da Silva Dantas De Medeiros

Pablo Vicente Mendes de Oliveira Queiroz

Considerando que historicamente a juventude brasileira apresentou significativa participação política em movimentos como as Diretas Já e Junho de 2013 e, tendo em vista a crise política atual – marcada principalmente pelo impeachment de Dilma Rousseff e assunção de Michel Temer – buscou-se investigar como jovens universitários avaliam sua conduta diante da instabilidade política que o país atravessa. Para tanto, respeitando os procedimentos éticos necessários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a seguinte questão principal: “Como você tem se comportado diante da atual conjuntura política?”. A referida pesquisa de cunho quali-quantitativo foi composta por uma amostra de 46 jovens estudantes de uma universidade localizada no interior do Rio Grande do Norte, entre 18 e 29 anos, do sexo feminino e do sexo masculino. Para a análise dos dados, utilizou-se o Software de Análise Lexical Iramutec para submissão dos relatos à Classificação Hierárquica Descendente (CHD). A CHD reteve 45 textos, 63,04% do total, e dividiu o corpus em 5 classes que representam em sua totalidade o comportamento dos jovens diante do atual cenário político, são elas: Discurso de Confiança no Voto, Atuação Mínima em Redes Sociais, Importância da busca por Informação, Discurso sobre a Necessidade de mobilização, e Participação nos Movimentos. Os resultados obtidos revelaram que apesar de reconhecerem a necessidade dos movimentos de reivindicação, os jovens admitiram uma não participação nessas mobilizações. Este dado pode indicar a existência de certa apatia política, o que corrobora dados observados na literatura da área.

Palavras-chave: Crise política; Juventude; Participação



TRABALHOS APRESENTADOS

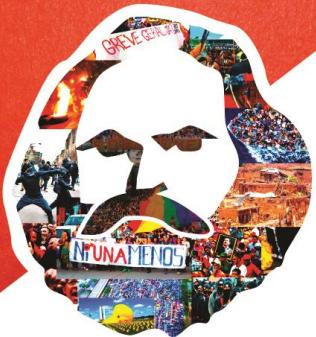
Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

Democracia, raça e mulheres e os limites da participação legislativa brasileira contemporânea

Rayane Cristina de Andrade Gomes (rayaneandrade93@gmail.com)

O presente trabalho busca articular as categorias democracia, mulheres e raça, no contexto da sociedade capitalista brasileira, para compreender como se dá o processo de conquista e perda de direitos no espaço do Poder legislativo. Para fundamentar o debate, serão buscados os estudos de Ellen Wood, Florestan Fernandes, Angela Davis, Evgeni Pachukanis, Petr Stucka, Friedrich Engels, Karl Kautsky e demais nomes do campo crítico e marxista que embasam o debate proposto. O estudo, de caráter bibliográfico e qualitativo, está dividido em três seções que seguem a sequência de apresentação dos conceitos analíticos trabalhados, avaliação da conjuntura legislativa brasileira de acordo com esses parâmetros, finalizando com a crítica ao Estado democrático de direito e a própria natureza do parlamento burguês. A compreensão de que tipo de democracia é adequada aos interesses das mulheres e da população negra, o debate sobre o perfil do parlamento nacional e o processo de positivação dos direitos são temas desenvolvidos no estudo. Conclui-se que, por mais que tenhamos avançado na disputa institucional e eleitoral, especialmente a partir da presença de mais mulheres e pessoas negras no parlamento, tais conquistas foram desarticuladas de maneira célere, tendo nesse mesmo âmbito Legislativo um de seus maiores catalisadores. Os retrocessos sociais, acelerados a partir de 2016, com o rompimento da democracia representativa no Brasil, expõe precisamente as fragilidades das conquistas de direitos da classe trabalhadora desde a redemocratização em 1988. A síntese, explicitada pelo pensamento de Pachukanis, é de que não existe possibilidade de introduzir um conteúdo socialista em uma forma pensada para servir aos intuios capitalistas. Contudo, é fundamental repisar a importância do espaço do Poder legislativo como lócus central da disputa dos interesses entre as classes, especialmente a partir de um olhar feminista consubstancial. Conclui-se, portanto, que é fundamental haver uma retomada do parlamento, no sentido de acúmulo de forças para a classe trabalhadora e mobilização social, com especial atenção para as clivagens de raça e mulheres. Entretanto, há que se construir a luta institucional abandonando todas as perspectivas que o Estado burguês e sua forma jurídica de organização são nosso horizonte.

Palavras-chave: Democracia. Raça. Mulheres. Poder Legislativo



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Questões contemporâneas e diversos contextos

Marcos contextuais do processo de regulamentação da Terceirização no Brasil

Catheline Rubim Brandolt (cathelinerb@gmail.com)

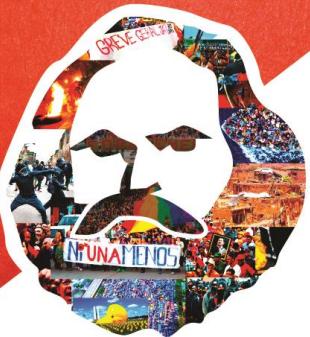
Roberta Fin Motta

Letícia Bortolotto Flores

Samara Silva dos Santos

Nas três últimas décadas do século XX presenciou-se a era da degradação do trabalho, onde reinam modos de ser precarizados assegurados e potencializados pela Terceirização. No Brasil, a Terceirização expande-se a partir dos anos de 1990, decorrente do contexto histórico dessa época, que envolve a avanço de políticas neoliberais no país. Logo, este é um tema vigente nas discussões da agenda da atual gestão federal, e que reflete diretamente em alterações no cenário do mundo do trabalho. Portanto, objetivo deste resumo é contextualizar o processo de regulamentação da Terceirização no Brasil e suas consequências para os trabalhadores. Para análise se fez uso da perspectiva marxiana através de Graça Druck, Giovanni Alves, Vitor Araújo Filgueiras e Sávio Machado Cavalcante, destacando livros e artigos publicados por tais autores. Neste percurso histórico destaca-se, o recente e ainda em andamento, processo de regulamentação da Terceirização no país, orientado pela Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), aprovada no ano de 1993, que permitiu a contratação de trabalhadores por empresas terceirizadas com a ressalva de que a atividade em questão não fosse uma atividade-fim (FILGUEIRAS E CAVALCANTE, 2015). Mas nos anos 2000, esta Súmula foi revisitada e passou a estender a responsabilidade subsidiária aos entes públicos que terceirizavam. Já em 2004, com o Projeto de Lei 4.302/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel, propôs que a regularização da Terceirização fosse estendida para qualquer atividade econômica, incluindo atividades-fim. Este PL tramitou no Congresso Nacional por 10 anos, sendo aprovado e encaminhado ao Senado Federal como PL 30/2014. Dentre as propostas, destaca-se o fim de qualquer limite à Terceirização e a transferência da responsabilização ao trabalhador (DRUCK, 2016). Em 2017, deu-se a aprovação da Lei da Terceirização, Lei nº13.429/2017. Como consequências prováveis dessa aprovação, Alves (2017) destaca: aumento na informalidade; crescimento da jornada de trabalho; um enfraquecimento na relação entre trabalhador e sua atividade profissional, crescimento do índice de acidentes e adoecimentos de trabalho dentre outros pontos. Portanto, conclui-se que a aprovação desta lei pode refletir na intensificação da exploração do trabalho e em perdas significativas para classe trabalhadora.

Palavras-chave: Trabalho; Terceirização; Estado



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Territorialidade, ambientalismo e questão urbana e rural

O direito a moradia sem direito a cidade

Priscilla Brandão de Medeiros (pbm0_4@hotmail.com)

Maria Raphaela Cristiny de Oliveira

Pensando na ampliação da discussão acerca do direito à moradia e à cidade, o presente apresenta o relato de experiência com enfoque na Política de Habitação na cidade de Caicó/RN.

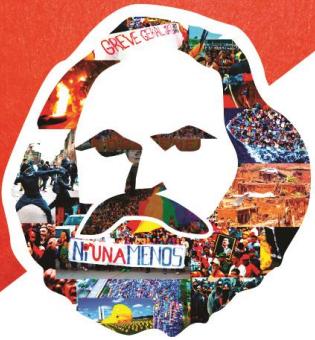
Como explana Maricato (2013) a habitação é o centro da política urbana, uma vez que necessita de terra urbanizada (terra servida de infraestrutura e serviços: rede água, rede de esgoto, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo e equipamentos sociais), financiamento à produção e para a venda. Assim, na produção de moradia em situação de grande aglomeração exige investimentos que ofereça condições viáveis de moradia e boas condições de vida dependem de políticas públicas urbanas. Dito isto, a Política de Habitação de Interesse Social do município de Caicó-RN, se estrutura a partir do ano de 2005 sob orientação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social –SNHIS, a partir daí o poder público municipal pactuou 05 Projetos Habitacionais de Interesse Social.

Através desses Projetos Habitacionais surge o Bairro Raimundo Silvino da Costa (Conjunto Nova Caicó), totalizando 372 unidades habitacionais, beneficiando famílias que não possuíam moradia e que tinham renda familiar de até 01 salário mínimo. E como territorialmente está construído longe do centro urbano do município, alguns investimentos em infraestrutura urbana foram realizados, como: construção de equipamentos sociais, por exemplo, porém esse investimento ainda não supriu as necessidades da população usuária.

Em uma visão mais ampla acerca dessa discussão, vê-se que a raiz está no que Marx (2010, p. 79) aponta “[...] que toda sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade”. Ou seja, a propriedade privada se apresenta como “o coração” do capitalismo e isso caracteriza o alicerce da problemática ora apresentada aqui.

Assim, no seio da acumulação capitalista, percebe-se que a segregação sócio espacial é evidente e cenário muitos/as daqueles/as que residem nos conjuntos habitacionais. Dessa forma, concluímos trazendo a reflexão acerca da necessidade do aprofundamento teórico-metodológico do debate acerca da questão urbana no seio das discussões marxistas.

Palavras-chave: Direito; Habitação; Segregação



TRABALHOS APRESENTADOS

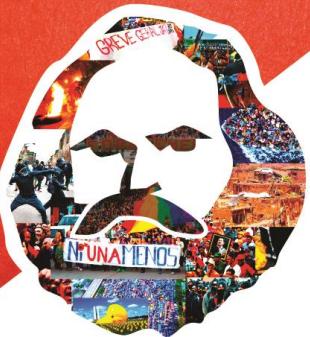
Eixo: Territorialidade, ambientalismo e questão urbana e rural

Contrarreforma na política fundiária e precarização nas condições de vida no campo

Lenilze Cristina da Silva Dias (cristinadiasp@hotmail.com)

Este trabalho é parte da dissertação defendida na conclusão do curso de mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Analisa os rebatimentos econômicos e políticos das medidas de ajuste fiscal e da contrarreforma do Estado na política fundiária. As formas de reprodução e acumulação do capital, a partir da década de 1970, têm provocado a precarização das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, sobretudo, das pessoas do campo evidenciada pelo aumento da concentração fundiária e por intensos conflitos de terras e teve eclosão na metade da década de 1990. Ao final da década de 1990, e permanecendo até os dias atuais, a concepção de reforma agrária adotado pelo Estado tem estreita relação com a proposta de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (BM). Tal proposta é direcionada pelo mercado dinamizando a comercialização de terras, através da compra via crédito, como forma de combate a pobreza rural, em detrimento a desapropriação de terras por interesse social. O crédito é oferecido pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e reflete uma das medidas de ajuste estrutural do Estado exigida pelo BM, além de ser uma expressão da inserção do capital financeiro na política social. A hipótese defendida é que o Estado vem priorizando o financiamento de terras em todo país, como medida de reforma agrária, em detrimento da desapropriação de terras. A visita a cinco Associações que compraram terra pelo PNCF possibilitou adotar o questionário com perguntas abertas e fechadas e entrevistas semiestruturadas como técnicas de coleta de dados junto aos(as) trabalhadores(as) rurais em Touros/RN. Identificou-se que, o acesso a terra, via PNCF, não é suficiente para promover melhores condições de vida e trabalho no campo. A insuficiência de políticas sociais fundamentais como saúde, educação, transporte, além de políticas agrícolas e assistência técnica vem resultando em precárias condições de vida em parte das famílias que acessaram o financiamento. Constatou-se também, que muitas famílias, mesmo após o financiamento, relataram não ter entendido como funcionava o Programa e tiveram dificuldade para se reconhecer como proprietário de terra.

Palavras-chave: Ajuste fiscal. Política social. Reforma Agrária.



TRABALHOS APRESENTADOS

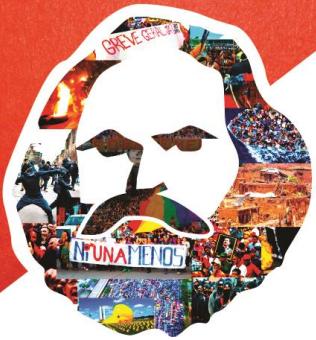
Eixo: Territorialidade, ambientalismo e questão urbana e rural

As Unidades de Conservação da natureza e o discurso da sustentabilidade ambiental e social

Mikaelle Gondim Cordeiro (mikaellegondim@hotmail.com)

A criação de áreas naturais protegidas tem sido utilizadas pelo Estado como mecanismo de proteção dos recursos naturais. Porém, tais estratégias tem sido responsáveis pelo desencadeamento de conflitos ambientais envolvendo o Órgão Gestor e as populações locais, tendo como consequências ações de remoções ou imposição de limites ao uso destes territórios. O presente resumo traz uma reflexão acerca da Política Ambiental na criação de tais estratégias de preservação, e a relação estabelecida com as populações residentes. Dessa forma foi realizado um estudo do conflito ambiental localizado na Cidade de Recife-PE envolvendo na Área de Proteção Ambiental - APA Campo do Jiquiá e a Comunidade do Zeppelin que reside nesta localidade. De modo a problematizar sobre a efetividade da garantia da proteção ambiental e associada a sustentabilidade social, conforme preceitua o ideário desenvolvimento sustentável. Dessa forma, esse trabalho terá como objetivo refletir sobre a relação sociedade-natureza, contidas nas concepções que balizam a criação dessas áreas, como também sobre a existência de articulação entre a política ambiental e as políticas sociais e os mecanismos de participação social. Na metodologia foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais e observação direta. Nos resultados foram evidenciados que a criação dessas áreas no Brasil tiveram como referencial o modelo preservacionista americano de criação de parques naturais, sendo esses implantados de forma autoritária ignorando a realidade socio-histórica brasileira. Tais experiências foram ancoradas na dicotomia sociedade-natureza recaindo no reducionismo dualista que desprezam realidade em sua totalidade e complexidade. Portanto, tais medidas ao serem pensadas com o objetivo apenas de conservação dos recursos naturais, sem o olhar crítico sobre realidade, têm sido responsáveis pelo aumento dos números de conflitos ambientais no país, acarretando sérias violações aos direitos humanos. Na criação dessas áreas foi constatado a falta de articulação entre as políticas públicas, havendo a necessidade de promover de forma integral "o atendimentos das necessidades materiais básicas e a justiça distributiva às necessidades de conservação" (CUNHA; LOUREIRO; 2008, p. 243). Em tal processo, deve incluir a participação dos sujeitos através da criação de mecanismos democráticos, pois apenas pela atuação de sujeitos críticos são reveladoras de potencialidades emancipatórias que contribuem para conquista de uma sociedade socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Palavras-chave: unidades de conservação; desenvolvimento sustentável; conflitos ambientais; garantias de direitos



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Territorialidade, ambientalismo e questão urbana e rural

A Saúde dos Canavieiros: expressões da exploração aviltante do capital no campo

Ilena Felipe Barros (ilenafb@hotmail.com)

O presente trabalho é parte da pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, defendida em 2014. O lócus da pesquisa foi os Assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara localizados na Zona da Mata de Pernambuco. A investigação percorreu os caminhos da pesquisa científica e a construção do conhecimento a partir de uma realidade concreta, no sentido de desvelar suas particularidades e singularidades, tendo como basilar o método em Marx. As famílias assentadas adquiriram a terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF e ao mesmo tempo não deixaram a condição de cortadores de cana. O artigo visa discorrer criticamente sobre as condições de saúde de trabalhadores assentados e, ao mesmo tempo, assalariados na produção sulcroalcooleira. A vida das famílias dos Assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara é uma pequena parte de uma totalidade da questão agrária brasileira, hoje, inserida no movimento do capitalismo agrário, expresso no agronegócio e hegemonizado pelo capital financeiro na agricultura. A realidade desses assentamentos reflete o quanto os trabalhadores rurais, envolvidos com assalariamento e/ou atividade produtiva em áreas de monocultura, tem a saúde frágil e exposta as mais variadas enfermidades proveniente das péssimas condições de trabalho, dos altos níveis de exploração da força de trabalho e do manejo incorreto de agroquímicos. A atividade laboral exaustiva no canavial provoca uma série de doenças provenientes do processo de trabalho desumano. Além de todos os aspectos que contribuem para a incidência de doenças (máis condições de trabalho, exposição ao sol, moradia insalubre, pobreza, insegurança alimentar, etc) acrescenta-se o uso indevido de agrotóxicos na pulverização da cana-de-açúcar. O aumento da produtividade na cana-de-açúcar também produz uma intensa exploração da força de trabalho, resultando na degradação da vida, das condições de trabalho, das condições de moradia, além do sofrimento físico, moral, mental e emocional.

Palavras-chave: Assalariamento rural; monocultura; saúde do trabalhador rural